



Resumo

Resumo

O presente trabalho tratará de questões relacionadas com a requalificação do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, mais concretamente com o desenvolvimento de uma proposta | projecto para a reconversão do mosteiro cisterciense em pousada. Inerente a este tema e na busca de o justificar abordar-se-ão questões relacionadas quer com o programa proposto, quer com o turismo do concelho, visando uma proposta integrada e abrangendo uma escala territorial. Assim, este trabalho começará pelo levantamento criterioso dos pontos de atracção turística no que diz respeito às memórias arqueológicas de Mangualde; avança ainda no sentido de uma proposta estratégica de inserção e dinamização do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão no património de Mangualde, articulando-o este último mais eficazmente em sistema ou rede territorial.

Num segundo momento, à escala do mosteiro, a sua evolução histórica mas particularmente o seu estado presente, directamente ligado à descaracterização do monumento nacional, serão pontos importantes para a fundamentação da nossa proposta enquanto hipótese de “futuro” para o mosteiro.

Por último, desenvolver-se-á o projecto arquitectónico, abordando questões que este sempre encerra: hipóteses e opções de estratégia, forma e materialidade arquitectónicas, incidindo sobre o território e o edifício. Aqui analisam-se as duas vertentes programáticas, arquitectónicas (e culturais) de pousada, “Pousada de Portugal” e “Pousada da Juventude”, e defender-se-á um modelo intermédio. Todo o projecto será elaborado de acordo com princípios equacionados dentro deste modelo intermédio, mais disponível a cedências de conforto, como por exemplo uma configuração mais heterogénea, flexível e comunitária dos espaços de dormir, refeição e estar, com |para um renovado sentido de comunidade. Para além desta escolha programática estabelecemos desde logo alguns princípios | temas arquitectónicos que conduziram o projecto, nomeadamente o não encerramento (da galeria) do claustro; a ampliação volumétrica como premissa da colocação do problema mais sensível da intervenção patrimonial (para além da necessária adição de quartos); ainda, a introdução de alguns espaços programáticos de difícil controlo, como por exemplo a piscina e o campo de ténis, bem como o estacionamento e o percurso de chegada; particularmente este último ponto insere-se num entendimento do projecto arquitectónico como desenho de paisagem, em consonância quer com os valores cistercienses, quer como escala intermédia que estabelece a ligação com a referida rede estratégica patrimonial do concelho.

Abstract

The present work will focus on subjects related with the requalification of the Royal Monastery of Santa Maria de Maceira Dão, specifically the development of a proposal/project for the conversion of the cisterciense monastery into an inn. Intrinsic to this subject-matter, and within the need of justifying it, we'll address subjects related with the proposal made and the region's tourism, aiming for an integrated proposal comprising all the territory. So, this work will start by making the rigorous pin-pointing of touristic spots related to Mangualde's archaeological memories.

Later on, the historical evolution and the present state of the monastery, directly linked with the mischaracterization of the national monument, will be essential matters for the grounding of our proposal as a "future" hypothesis for the monastery.

Finally, it will be developed the architectural project, addressing issues about it: hypothesis e strategy options, shape and architectural materiality, focusing the territory and the building. At this point, we'll have in mind the two existing models of portuguese inn architecture (Pousada de Portugal e Pousada de Juventude) and we'll defend a new variant, an intermediate model. The whole project will be made accordingly with this intermediate model's principles, such as keeping the cloisters opened and the new configuration of sleeping and eating places, as well as the leisure places, giving them a new sense of community. Besides this, we proposed some guiding principles, namely the volumetric enlargement as a starting point for the heritage's intervention (aside the need of implementing more rooms), as well as the introduction of some hard to control programmatic spaces, like the swimming pool, the tennis court, parking lot and the access route.

Introdução

Objecto: O campo de investigação da presente dissertação de mestrado integrado centra-se nas questões relacionadas com a requalificação do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, classificado como monumento nacional. Este mosteiro situa-se em Fornos de Maceira Dão, próximo da Vila Garcia (concelho de Mangualde, distrito de Viseu), fazendo parte do conjunto de mosteiros cistercienses que na Beira Alta foram sendo edificados a partir do século XII.

Numa escala territorial, o concelho de Mangualde (principalmente a zona Noroeste – local onde está implantado o mosteiro) será também alvo de objecto de investigação. A sua razão de estudo justifica-se uma vez que se pretende inserir o mosteiro numa rede de turismo à escala do concelho, articulando as várias heranças arquitectónicas legadas pelos nossos antepassados.

Objectivo: O objectivo que desde logo emergiu foi de realizar uma dissertação de mestrado em arquitectura na qual pudessem ser expostos os diferentes componentes que foram sendo adquiridos ao longo, das diferentes disciplinas, do percurso académico.

Aprofundando a inserção do mosteiro numa rede de turismo à escala do concelho através de um PROJECTO TERRITORIAL, com a Ribeira dos Frades como tema, que “liga” o centro de Mangualde ao vale onde se implantou o mosteiro; a origem, o lugar de implantação e a evolução do mosteiro através de um estudo da sua HISTÓRIA; o estado actual do edifício bem como as suas anomalias numa tentativa de reCONSTRUÇÃO da caracterização do mosteiro através de um projecto de REQUALIFICAÇÃO; e a reconversão do mosteiro num complexo ecoturístico através de um PROJECTO, que se estende para além das adaptações espaciais e programáticas, do edifício propriamente dito. No fundo pretendemos pensar o que poderá ser hoje o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, através da acção do projecto sem contudo descaracterizar todos os sedimentos temporais que aí se congregaram; são problemas que, para além de constituírem questões centrais desta dissertação, pretendem aprofundar ao longo da mesma, como corolário de um percurso académico pessoal.

Método: A investigação principiará pelo aprofundamento da questão monástica nomeadamente no estudo das duas principais ordens religiosas em Portugal (beneditina e cisterciense), para melhor compreender e interpretar questões em aberto e por outro lado cimentar questões que caracterizam esta arquitectura religiosa. Numa outra escala, desenvolveremos o estudo topográfico, urbano e turístico do concelho de Mangualde.

Como a abordagem destes dois universos, avançaremos para uma fase de projecto em que se desenvolverá uma proposta de estratégia urbano-turística, inserindo assim o “isolado” mosteiro cisterciense numa política de sociabilidade e percepção complexa da realidade. Aqui, substituímo-nos à figura do “cliente”, cientes da verosimilhança, já que foi estabelecido contacto com o actual proprietário; as já várias iniciativas equacionadas para o mosteiro e não concretizadas, passam precisamente por um programa hoteleiro ainda que com algumas nuances, próprias de uma adequação temporal. Abordar-se-ão, assim, problemas decorrentes da requalificação e reconversão a unidade hoteleira do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, num edifício onde propomos também actividades ligadas ao ecoturismo.

Estes dois projectos complementar-se-ão, apontando assim o que poderia ser no FUTURO o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, tendo em conta o seu estado PRESENTE, e sobretudo potenciando todas as memórias e emoções do PASSADO que ele encerra.

Estrutura: A presente prova pode ser entendida segundo três momentos: PASSADO, PRESENTE E FUTURO.

No primeiro momento abordaremos os problemas ligados ao PASSADO do mosteiro. Assuntos como a descrição da origem do mosteiro, o lugar onde se implantou e a sua evolução histórica estarão na base da abordagem ao “passado”.

No segundo, o PRESENTE, será extensiva e figurativamente descrito o estado actual do mosteiro. Neste capítulo abordaremos questões ligadas ao edifício propriamente dito, como os problemas ligados à descaracterização do mosteiro, do seu lugar e das suas acessibilidades, mas também os problemas que atravessam uma leitura do território que articula com o passado os diversos estratos do interesse patrimonial concelhio.

Já o terceiro momento define-se como o FUTURO do mosteiro. E tal como a palavra indica, desenvolveremos as questões, que um projecto sempre encerra, propostas de estratégia, forma e materialidade arquitectónica, incidindo sobre o território e o edifício.

Assim, elaboraremos um projecto que visa o que poderia ser o futuro do mosteiro. Este projecto pode ser dividido em duas partes: a primeira caracteriza-se por abordar temas ligados à integração do mosteiro a uma escala territorial; já a segunda caracteriza-se por uma requalificação à escala do edifício, convertendo o mosteiro do século XII num edifício do século XXI onde o ecoturismo constituirá a proposta para a sua futura caracterização programática e espacial.



Noção de Património

“A antiga palavra, originalmente ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, tornou-se num conceito nómada que prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório”¹.

A palavra património sofreu inúmeras alterações no que diz respeito ao entendimento da realidade que nomeia. O século XX caracteriza-se por ser uma época de constantes mudanças/evoluções do que são reflexo as sucessivas cartas de restauro. Desde 1931, com a carta de Atenas, até 2000, com a carta de Cracóvia, o conceito de património sofreu constantes alterações. É através das cartas e convenções que hoje temos uma aproximação ao processo de evolução da noção de património.

O vocábulo património teve como primeiro significado a herança paterna de bens familiares. Todavia, no início dos anos 60 este vocábulo sofreu a primeira alteração do seu conceito fruto, como descreve Françoise Choay, de uma questão genealógica. Assim, em França, a noção de património absorveu o conceito de “monumento histórico”. Neste seguimento, foram criados o Inventário do Património (1964), a Direcção do Património (1978), e as Jornadas do Património (1980). É de salientar ainda a Convenção do Património Mundial em 1972 que atribui ao vocábulo património um conceito à escala mundial e por consequente a sua consagração mediática tal como se pode comprovar com as sucessivas conferências onde o restauro constituía o tema principal.

Deste modo várias cidades e monumentos tentam alcançar a classificação de Património Mundial tendo assim como principal objectivo atrair visitantes e com isso ultrapassar a intenção primeira de salvaguardar o património, inscrevendo-se nos roteiros turísticos globalizados. Contudo, as questões ligadas ao turismo e o consequente lucro económico que daí advêm, promovem o rendimento mas também ao desgaste dos monumentos. Deste modo coloca-se em risco o objectivo basilar no que diz respeito ao culto do património: a sua salvaguarda.

Esta valorização excessiva dos monumentos caracteriza-se pela sua nostalgia, uma vez que se prende aos vestígios arqueológicos entendendo-os como portadores de uma identidade ameaçada.

⁽¹⁾ Choay Françoise - A alegoria do Património, Lisboa, Edições 70, 1999, Pag. 11

*“Nenhuma sociedade consegue, a prazo, permanecer igual a si própria, sob pena de morrer. A sua inscrição no tempo implica a necessária evolução do seu quadro de vida, quer se trate de demolições ou sobretudo de transformações.”*² Este ideal era defendido por Ruskin. Este autor ao não tolerar a reparação nem o restauro em edifícios antigos, defendia a substituição pela mediação dos seus traços espaciais para gerações futuras, ou seja, Ruskin resolvia o problema da herança edificada instaurando uma dialéctica entre conservação e inovação.

Em suma, ao longo do século XX a evolução da noção de Património caracterizou-se não só por uma consciencialização e valorização da cultura histórica mas também por ser tomado como um investimento em termos de rentabilidade financeira. Por outro lado o desenvolvimento de uma política nostálgica está condenado ao insucesso; hoje em dia, a evolução dos quadros de vida é vital para a sua sobrevivência; logo podemos afirmar que, mais do que ser possível, é essencial desenvolver vida aos patrimónios antigos e, ao mesmo tempo, recuperar a competência de produzir novos patrimónios para gerações futuras.

(2) Choya Françoise - Património e mundialização, Edição Bilingue, Pag. 19





Passado

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICAS NO CONCELHO DE MANGUALDE

A fixação do Homem num determinado território produziu sempre uma cultura, costumes e artefactos específicos; é através destes últimos e daqueles que chegaram aos nossos dias, que nos é possível construir um conhecimento relativo a essas diversas fixações.

A pouca informação existente sobre as primeiras ocupações do território, correspondente na actualidade ao concelho de Mangualde, é fruto de inúmeras transformações e remodelações ao longo da história, que tiveram a sua origem nas diferentes culturas e civilizações que por este território foram passando.

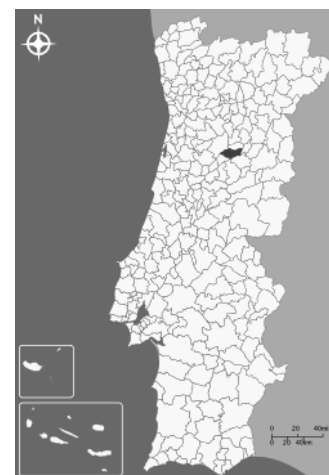
Contudo, o tempo não é a única causa desta sede de informação. O pouco investimento para a realização de estudos e trabalhos de campo que revelassem os diferentes costumes dos nossos antepassados são um motivo primordial para a diminuta quantidade de informação neste concelho.

“É certo que a não ser as investigações realizadas em 1892 e 1894 pelo Dr. Leite de Vasconcelos e pelo fundador do Museu Etnológico da Figueira da Foz, Dr. Santos Rocha, nada mais aqui se fez no intuito de melhor aprofundar o primeiro capítulo da história da Humanidade.”³

Relativamente à possibilidade de Mangualde ter sido habitat do homem pré-histórico, a dúvida é posta de lado aquando da enumeração dos vários objectos descobertos, quer de pedra lascada, quer de pedra polida, assim como dólmens ou orcas dispersos pelo concelho. Este inventário da ancestral herança humana é a prova que Mangualde foi *habitat* do Homem pré-histórico.

Os castros do Noroeste Peninsular, tendo a Sul como limite o rio douro, funcionaram como a primeira estruturação do nosso território.

Esta cultura que durou cerca de 1000 anos (500 a.C. a 500 d.C.) resulta de uma mistura de sobreposições de sedimentos muito ricos e variados, por força das sucessivas invasões dos povos nómadas que procuravam terras novas, mas que se viram obrigados a fixar no Noroeste Peninsular pois encontraram aqui um limite geográfico muito forte: o mar.



1 - Localização geográfica de do concelho de Mangualde.

CULTURA CASTREJA



2 – Localização generalizada das implantações castrenses.

(3) Silva, Valentim da, Concelho de Mangualde: Antigo concelho de Azurara da Beira, 2008. Pag. 15

O concelho de Mangualde, ao contrário de outros locais como os que constituem a actual Galiza e entre Douro e Minho português, não se assume como um ponto notável para os arqueólogos no que diz respeito à cultura castreja. Contudo neste concelho existe um espólio destas civilizações que merece a nossa atenção.

Castro da Senhora do Bom Sucesso

O Castro da Senhora do Bom Sucesso na freguesia de Chãs de Tavares e o Castro da freguesia de Fornos de Maceira Dão são dois exemplos documentados da existência das primeiras fixações humanas em Mangualde.

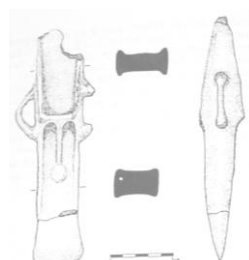
O acesso ao castro da senhora do Bom Sucesso é feito por um caminho em terra batida a Noroeste da estrada municipal Chãs de Tavares – S. João da Fresta, um quilómetro após a primeira povoação. A presença de ruínas de quase cem casas rectangulares que iam formando ruas bem como inúmeros artefactos dos quais se destacaram telhas de rebordo, fragmentos cerâmicos com decoração, machados de talão e bronze, paredes brunidas, bordos denteados, restos de grandes vasos de armazenagem, taças carregadas, pesos e escórias denotam a existência de uma fixação antiga. Aqui é ainda de se salientar a descoberta de uma estrutura amuralhada do lado Sudoeste bem como uma sepultura lusitano-romana, podendo assim afirmar-se que este castro foi mais tarde romanizado.



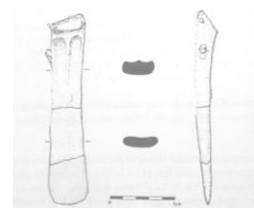
3 – Castro do Bom Sucesso



4 – Machado de pedra polida de Santo Amaro de Tavares.



5 – Machado em bronze do castro da Senhora do Bom Sucesso (talão bifacial de duplo anel).



6 – Machado em bronze do castro da Senhora do Bom Sucesso (talão unifacial de um anel).

Por outro lado, o castro de Fornos de Maceira Dão não emite o mesmo conhecimento que o castro da Senhora do Bom Sucesso uma vez que actualmente este castro se encontra desaparecido.

Todavia é certo que este aglomerado populacional existiu uma vez que foi mencionado, por D. Afonso Henriques, como ponto de referência na demarcação do couto do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Uma vez que a população local se recorda da existência de “restos de casas redondas” podemos afirmar que o desaparecimento deste castro é um facto relativamente recente.

Com a romanização, a cultura castreja passa de uma organização social comunitária, onde os terrenos são de toda a comunidade, para uma organização social de pequenos proprietários, o que pode interessar para pensar as estruturas monásticas, implicando assim uma evolução construtiva destes povoados, entre entendimento comunitário e sentimento de posse privada.

Tarroconense, Bética, Lusitânia e Galécia foram as quatro circunscrições romanas na Península Ibérica. Destas a mais importante para a história do concelho de Mangualde é obviamente a **Lusitânia**, pois, tal como aproximadamente todo o território português, é nesta se insere. A rede viária foi uma espécie de malha de suporte para o desenvolvimento do território português; neste sistema é de realçar, também, a importância das pontes, como por exemplo a ponte de Alcafache no rio Dão que se insere numa de três vias romanas que atravessam Mangualde.

Apesar de Mangualde não fazer parte destes focos de urbanidade, este concelho não passou incólume à presença do tecido viário do Império Romano.

Situado bem perto de um grande centro urbano da época áurea romana, território que hoje se designa por Viseu, as terras de Mangualde constituíram, como outras, pontos de cruzamento entre as estradas que, vindas de Espanha, atravessavam a Lusitânia em direcção aos centros romanos de grande importância.

A presença, ainda hoje, de pequenos troços da vasta rede de calçadas do Império Romano presente no concelho de Mangualde, bem como relatos mais longínquos destes vestígios denota que aqui as heranças dos nossos antepassados estão bem vivos. Contudo, e apesar da existência de um número maior de vestígios, destacaremos apenas três vias romanas:

Castro de Fornos de Maceira Dão

ROMANIZAÇÃO



7 – Circunscrições romanas na Península Ibérica.

VIAS ROMANAS DO CONCELHO DE MANGUALDE

Via Romana de Alcafache

A Sudoeste do concelho de Mangualde é possível encontrar a via romana de Alcafache. Esta partia de Viseu, centro romano, mais propriamente da Rigueira, “*subia pela calçada das Cruzes à Via-Sacra e daí continuava para Ranhados e Coimbrões*”⁴ entrando assim no território de Mangualde ao transpor o rio Dão por uma ponte também ela romana (ponte de Alcafache). Chegava assim a esta última e daí seguia para Espinho, passando antes por Lobelhe do Mato e por Moimenta de Maceira Dão. Seguia por fim para Sul saindo do território de Mangualde ao transpor o rio Mondego, mas não sem antes passar por Abadia de Espinho, Vila Nova de Espinho e Rechã – locais onde ainda hoje existem vestígios que mantêm credível este itinerário, dos quais destacamos o marco miliário onde está gravada a seguinte inscrição: *TI.CLAVDIVS //CAESARAVG//GERMANICVS//P. M. TR. P // XIII. IMP//XXVII. P.P//M- VII*

Segundo José Coelho significa: “*Tibério Cláudio César Augusto Germânico Pontífice Máximo XIII vezes tribuno da plebe XXVII vezes imperador, pai da pátria. Milha VII.*”⁵

2ª via Romana

Vinda de Viseu, da localidade Via-Sacra, a segunda via romana entrava no concelho de Mangualde subindo a serra de Fagilde, depois de transpor os rios Sátão e Dão. Daí partia para o sopé do monte da Senhora do Castelo passando pelo que hoje é Roda e pela Igreja Matriz do Concelho. Por fim, seguia para Sul saindo do actual território de Mangualde transpondo o rio Mondego em direcção à Guarda mas não sem antes passar pelas localidades de Almeidinha, Cassurães, Abrunhosa-a-velha e Cabra.

Inúmeros vestígios foram reconhecidos ao longo das localidades enunciadas na via romana descrita anteriormente. Daqui destacamos pequenos troços da calçada romana nas localidades da Roda, Almeidinha, Cassurães, Vila Mendo de Tavares e perto do rio da Senhora do Castelo, assim como marcos miliários descobertos na povoação de Abrunhosa-a-Velha.

Actualmente estes artefactos encontram-se em terrenos privados e com funções que nada têm que ver com a sua função original. Os marcos miliários são pequenas colunas que serviam para demarcar as distâncias percorridas ao longo de uma via romana devendo assim fazer parte do espólio de um museu e não de suporte a um alpendre ou servindo de ombreira em portal como é o caso do marco ainda em bom

⁽⁴⁾ Segundo José Coelho, citado por Silva, Valentim da, Concelho de Mangualde: Antigo concelho de Azurara da Beira, 2008. Pag. 38

⁽⁵⁾ Idem, Pag. 39

estado com a seguinte inscrição: *MPCA (ESAR) // DIVI // TRAIANI // PARTICIFIL (IDI) VI // TRAIANVS // HADRIAN (VS) AVG // PONT MAX // TRIBVNICI (EP) OT // VCOSIII R (IIFIIC) IT // M XVIII*

*“Refez o Imperador César Trajano Adriano, filho do divino Trajano Partico, Augusto Pontífice Máximo, cinco vezes investido na tribunícia potestade, três vezes cônsul. Milha XVIII”*⁶

A terceira via romana parte da Foz-Dão, do lado Oeste de Mangualde, em direcção à banda nascente do concelho e à localidade de Ínfias e posteriormente à fronteira.

3ª via Romana

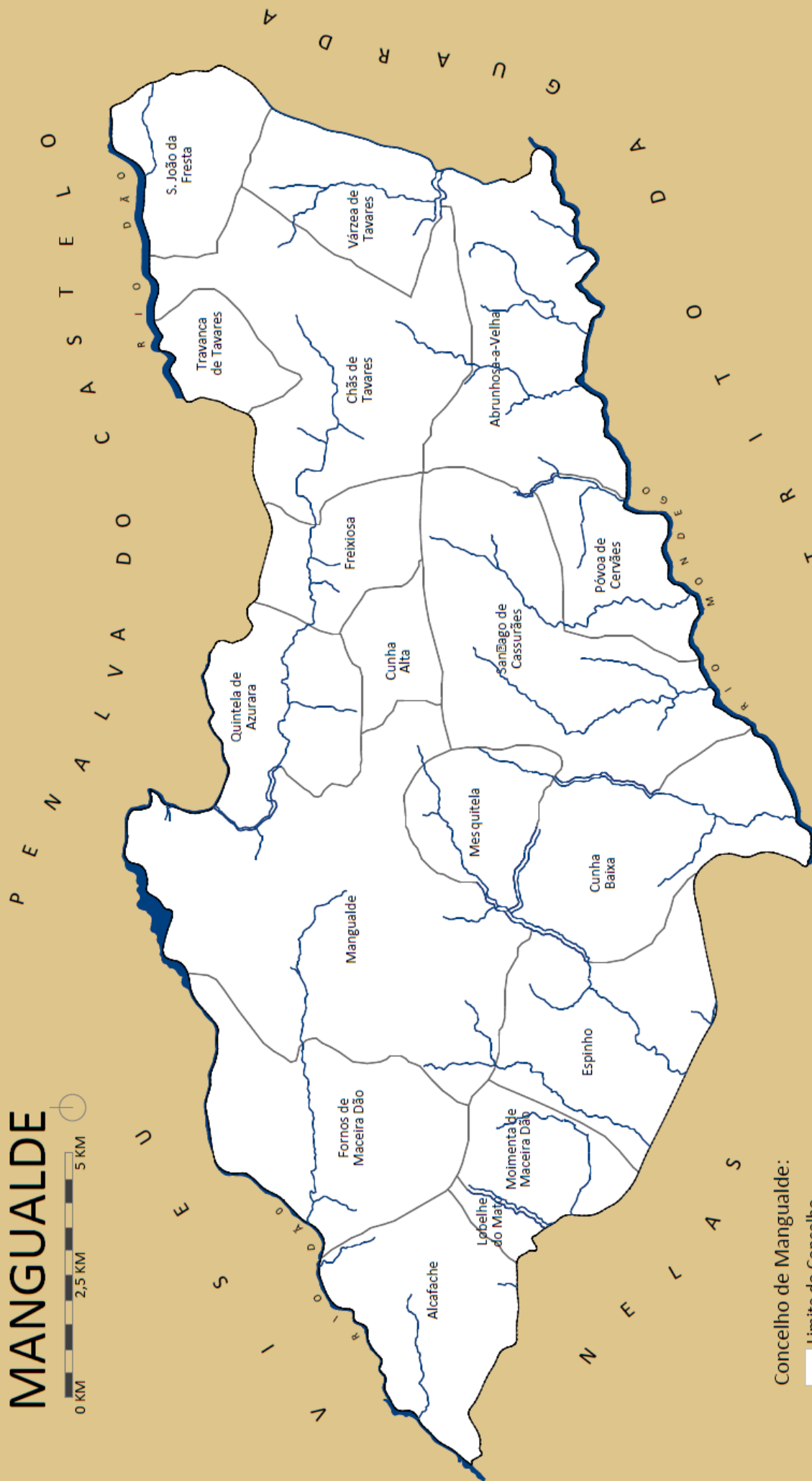
No seu percurso passaria por Senhorim depois de passar pelo Carregal, isto antes de entrar pelo limite Oeste do actual concelho de Mangualde. Crê-se que esta via cruzava a outra via romana descrita anteriormente, junto ao caminho velho de Almeidinha, e de seguida passava pela freguesia de Chãs de Tavares, seguindo em direcção a Ínfias depois de transpor as herdades que actualmente pertecem a Mangualde pela ponte da Canharda.

Apesar de existir alguma hesitação no que diz respeito ao local do cruzamento das vias que partiam de Viseu e Foz-Dão com destino à Guarda e a Infias, respectivamente, sabe-se que estas vias eram aproximadamente paralelas entre si, segundo a direcção poente – nascente, e que a certo ponto convergiam até se cruzarem.

Com os troços de calçada e marcos miliários que chegaram até aos nossos dias foi possível provar alguns dos itinerários romanos existentes no actual território de Mangualde. Contudo, as vias descritas anteriormente não foram únicas em Mangualde. Existiram mais vias romanas que constituíram afluentes ou ramificações das vias descritas anteriormente. São disto exemplo as calçadas das povoações de Darei, Gouveia, Rua e Caria que constituem pequenos troços de vias secundárias ou ramificadas.

⁽⁶⁾ Segundo José Coelho, citado por Silva, Valentim da - Concelho de Mangualde: Antigo concelho de Azurara da Beira, 2008. Pag. 41

MANGUALDE



Concelho de Mangualde:

- Limite do Concelho
- Limite de Freguesia
- Rios e afluentes

A Beira Central, na qual se insere o concelho de Mangualde, não foi uma zona tão romanizada como outros pontos do território português, como a região do Algarve, do Alentejo ou a área de Coimbra. As lutas que aqui se travaram entre os habitantes locais, que tinham como líder Viriato (um dos maiores opositores da romanização), e as legiões romanas foram o principal factor da relutância da cultura romana. *“Só mais tarde, num período posterior, talvez na época de Augusto, é que a Beira se pode considerar definitivamente sujeita ao domínio romano e conseqüentemente subordinada ao influxo da sua civilização”*⁷. Explica-se, assim, a escassez de elementos de valia do período romano que esta região tem fornecido à exploração arqueológica. Ainda assim, a Beira Central oferece-nos alguns vestígios da presença romana dos quais se salienta a estação lusitano-romana, conhecida quer pela designação de Citânia da Raposeira, quer por Citânia de Martins Sarmiento.

Partindo de Mangualde em direcção ao primeiro lado da escadaria da montanha, passando uma ponte sobre um ribeiro, é possível observar um caminho com *“dois troços feitos de grandes lajes, ajustadas, de aproximadamente três metros de largura dispostos diagonalmente, que nos guia para o monte da Senhora do Castelo e mais longinquamente para as povoações romanas da bacia beirã do Douro.”*⁸

Citânia da Raposeira

São estes fortes indícios de que este caminho fez parte da grande rede viária do Império romano; tanto mais que esta via se bifurca e um dos seus ramos nos levam às propriedades da Raposeira, que foi deixada ao abandono extinguindo-se assim um vasto espólio da civilização lusitano-romana. Contudo, vários artefactos foram transportados para os museus de Belém e Guimarães bem como para o palácio Anadia de Mangualde. São estes artefactos e relatos da época aquando das escavações arqueológicas sobre as magníficas heranças deixadas pelos nossos antepassados. É disso exemplo o documentário escrito por Alberto Osório para o jornal de Mangualde (*“O Novo Tempo”*) aquando as escavações na citânia da Raposeira: *“Num largo convale, estendido no fundo poente do monte da Senhora do Castelo, a uns seiscentos metros de Mangualde, próximo das primeiras capelas da montanha, foram nos princípios de Setembro do ano passado (1889) reconhecidos e desaterrados alguns restos duma vasta citânia de planície.”*⁹

“A escavação correu por conta da ilustre sociedade Martins Sarmiento de Guimarães e, apesar de feita superficialmente durante uns quinze dias apenas, pôs a

⁽⁷⁾ Silva, Valentim da - Concelho de Mangualde: Antigo concelho de Azurara da Beira, 2008. Pag. 26

⁽⁸⁾ Idem, Pag. 28

⁽⁹⁾ Ibidem, Pag. 29

descoberto três salas dum Hypocausto, encanamentos de pedra e chumbo, calçadas de pedra rolada, um segmento de grande muro circular e um edifício dividido em pequenos cubículos, afora fragmentos inúmeros de louçaria indígena e de importação, atafonas de pedra, restos de arquitectura toscana, mármore sacaráides, ansas de ânforas, restos de telhas, pavimentos de tijolo, moedas, vidros coloridos, entre outros.”¹⁰



8 – Citânia de Raposeira.



9 – Citânia de Raposeira com o monte da Senhora do Bom Sucesso de fundo.



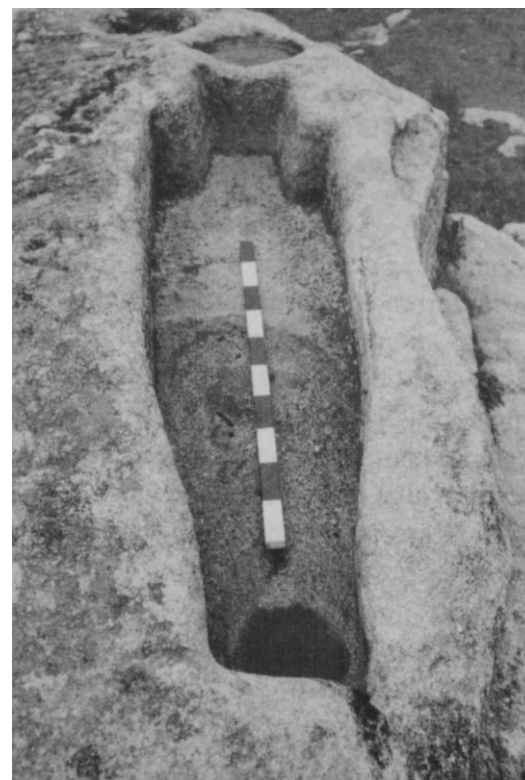
10 – Placa honorífica de S. Cosmado.



11 – Troço de calçada romana nas “Quintas do Costa”.



12 – Marco miliário do imperador Licínio.



13 – Sepultura medieval escavada na rocha.

⁽¹⁰⁾ Silva, Valentim da – Concelho de Mangualde: Antigo concelho de Azurara da Beira, 2008. Pag. 28

Ainda nas propriedades da Raposeira é de se salientar, ao lado da citânia, vários achados de sepulturas abertas na rocha, umas solitárias outras agrupadas, como se de um grande cemitério fizessem parte. Ora, o nome desse local é ainda hoje designado por Campas e tal como Alberto Osório afirmou na época aquando as escavações arqueológicas, tratar-se-á de uma necrópole romana: *“De resto, a origem desse nome local – Campas – de velha necrópole, estava bem à mostra, pois todas essas lajes da fazenda cavadas de sepulturas, lugar para ombros, lugar para cadáver invariavelmente de lado, ora uma campa solitária, ora todo um cemitério de família, adultos e meninos, são reveladoras da existência duma necrópole na Citânia da Raposeira.”*¹¹

A herança lusitano-romana no concelho de Mangualde não fica por aqui. Outros elementos hereditários merecem de igual modo a nossa atenção. É disso exemplo o castro, referido anteriormente, da Senhora do Bom Sucesso. Aqui foram descobertos indícios de muralhas e portas que rodeavam várias unidades habitacionais de formas circulares. Telhas tradicionais de rebordo, cerâmica pré-romana, instrumentos de pedra, ferro, bronze, mós entre outros objectos, bem como a grande importância que o sistema urbano de arruamento desempenhou neste aglomerado humano, são factores mais do que suficientes para afirmar que este castro, tal como a maioria dos castros, foi romanizado.

Junto à povoação de Fornos de Maceira Dão um outro castro, já referido anteriormente, foi também ele alvo da romanização. Como muitos outros artefactos do concelho, o castro de Fornos de Maceira Dão desapareceu; a plausibilidade da sua existência é posta de lado quando se lê a carta de couto do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, uma vez que este aglomerado humano é tido, por D. Afonso Henriques, como ponto de referência na demarcação do couto.

⁽¹¹⁾ Silva, Valentim da –
Concelho de Mangualde:
Antigo concelho de Azurara
da Beira, 2008. Pag. 31

O Real Mosteiro



de Santa Maria de Maceira Dão



PRIMEIRA IMPLANTAÇÃO EM TERRAS DE MOIMENTA DO DÃO

Fundadores do mosteiro

No tempo do condado de D. Henrique, aquando a conquista do território que hoje se conhece por Leiria, destacou-se um Mouro – Albarach – pelos seus sucessivos sucessos nas batalhas. Contudo, numa das batalhas travadas em Coimbra entre mouros e lusitanos, Albarach foi vencido e feito prisioneiro de D. Henrique. O rei, num dos seus regressos a Guimarães, levou o mouro para as masmorras do dito castelo. Foi aí que, depois de várias conversas com o padre Pedro – confessor de D. Henrique – se converteu ao Cristianismo. Assim, Albarach, depois de ter recebido o Baptismo pediu ao padre que lhe lançasse o hábito de Anurcta e lhe desse permissão para ir *“viver no deserto e fazer penitência da vida mal gasta”*.¹² Albarach viveu assim nas margens do Douro na companhia de uns ermitães santos e só em 1109 parte para Maceira Dão onde veio a fundar uma ermida, perto do actual mosteiro de Maceira Dão, implantando-a num ponto elevado, vivendo assim em grande abstinência. Mais tarde, outros cristãos juntaram-se a ele. Entre estes discípulos encontra-se D. Soeiro Tedoniz. Este terá um papel fundamental no que se refere ao futuro do mosteiro.

Esta época ficou marcada não só pelas sucessivas batalhas pela reconquista cristã aos mouros, mas também pela procura de uma maior identificação com a doutrina cristã. Na procura de se identificar, D. Soeiro Tedoniz trocou a sua vida abastada, aquando exercia medicina, para *“se supultar na humilde e na solidão de um mosteiro”*.¹³

Foi então que ele e mais alguns companheiros, se refugiaram em Moimenta do Dão, até 1168 (ano que provavelmente se mudou para Maceira de Dão), conhecendo assim Albarach.

Assim, depois de se tornar monge, S. Soeiro Tedoniz, fundou um pequeno mosteiro na igreja de Santa Maria de Moimenta de Azurara. Este situava-se num território que lhe foi oferecido por D. Afonso I aquando do couto de Moimenta, em 1161. Um ano depois (1162) D. Soeiro recebe a igreja de Moimenta com: *“todos os tributos ou direitos, de dízimos, de ltuosas e de oblatas”*.¹⁴ Assim sendo, a posse da igreja não obrigava D. Soeiro a contribuir regularmente com uma renda.

O nascer de um mosteiro

(12) Crónica de Cister, cap. III
pág. 296 e segs.

(13) Alves, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 22.

(14) M. Aragão, “Viseu”, T. II, pag. 8/9.

Muitos autores questionaram a autenticidade da carta do couto de Moimenta. Porém, segundo Alexandre Alves, a legalidade da existência do couto de Moimenta não deve ser posta em causa, tal como se pode observar na seguinte citação:

*“...é couto e Jurisdição do Mosteiro de Maceira Dão, e é limite e termo sobre si, onde outrem ninguém não tem nenhuma coisa, e tudo inteiramente é do Mosteiro...”*¹⁵

Na carta do Couto de Moimenta, em 1161, estão bem descritas as propriedades que o definiam. É de se salientar ainda que os que viviam em terrenos pertencentes ao Couto teriam de pagar uma renda que constava de medidas de trigo, centeio, milho, palha, linho, vinho, ovos, feijão e azeite; forragens e galinhas serviam, também, para pagar estas rendas.

O mosteiro, então implantado em Moimenta do Dão, obedecia à ordem de S. Bento. A sua obediência a esta ordem religiosa teve origem no prestígio por esta alcançado em Portugal já no século XII; outro factor que justifica a filiação aos cluniacenses provém do poder que o abade de Cluny – Hugo, ainda parente do conde D. Henrique, exercia na Península Ibérica.

Contudo, a 13 de Outubro de 1157 D. Soeiro e mais quatro monges dirigiram-se a Alcobaça para se sujeitarem à obediência dos abades de Cister. Não se sabe com precisão o desfecho deste acontecimento. Sabe-se sim que, a 1 de Setembro de 1165, um cavaleiro e seus irmãos doaram uma herdade a D. João e ao convento de Maceira Dão: *“...com tal clausura que a possuam enquanto guardarem a regra de nosso padre S. Bento, com a observância e rigor que não tinham e, cessando a guarda dela, lhe tiram a herança e anulam a doação...”*¹⁶

Com este registo podemos pensar que o contexto é de filiação a cister mesmo sabendo que a ordem de cister também obedece à regra de São Bento, pelo que a conclusão não é certa. Certo é que em 1212, com a sua implantação já em Maceira Dão, este se encontrava filiado a Alcobaça. A partir de então o mosteiro passou a ser auto-suficiente (vivendo da agricultura) apesar de uma fiscalização regular por parte dos abades de Alcobaça: *“Proviam muitas abadias de mosteiros de sua filiação, como eram Ceiça, Bouro, S. Paulo, Tamarães, Maceiradam, Estrêla, Priorado de Odivelas, sem os conventos terem liberdade de eleger, mas os abades de Alcobaça, onde quer que estavam, nomeavam os prelados...”*¹⁷

Da ordem de S. Bento para a ordem de Cister



14 – Implantação dos mosteiros cistercienses em Portugal.

(15) Alves, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 27.

(16) Idem, pag. 23

(17) Ibidem, Pag. 24

DAS TERRAS DE MOIMENTA DO DÃO PARA MACEIRA DÃO

O prestígio e acatamento dos crentes por D. Soeiro Tedoniz e pela sua obediência a S. Bento era tal que, rapidamente, este acumulou uma pequena fortuna, fruto das várias esmolas, doações e testamentos dos seus seguidores. Esta riqueza contrastava com a mediocridade dos terrenos agrícolas de Moimenta. Situado num planalto, este território possuía terras pouco férteis e ventos do Norte ou da serra fazendo com que a prática da agricultura não fosse bem sucedida.

Estas condicionantes fizeram D. Soeiro pretender mudar-se para um vale onde existissem terrenos férteis e abrigados dos ventos. Assim, o vale fértil do lugar de Maceira Dão, junto ao rio Dão, foi o local predilecto do monge branco. As herdades de Maceira Dão foram, assim, passadas uma após outra para a posse dos monges de Moimenta e ainda em 1170, os monges acumulavam herdades em Maceira Dão:

*“...in território Zurarae, in villa, quae dicitur Maçanaria, justa rivulum, qui vocatur Aon, et in villa quae vocatur Canedo, et in villa quam dicunt Fornos. Do vobis in Macenaria totam illam hereditatem quam ibi habuit Menendus Fernandiz, et illud Testamentum, quod in eadem villa vendidit mihi Episcopus D. Odorius; et do vobis medietatem totae quae vocatur Macenaria, excepta illa porciuncula quam ibi habet filia meã D. Tarasia, et frater eius Petrus Martini...”*¹⁸

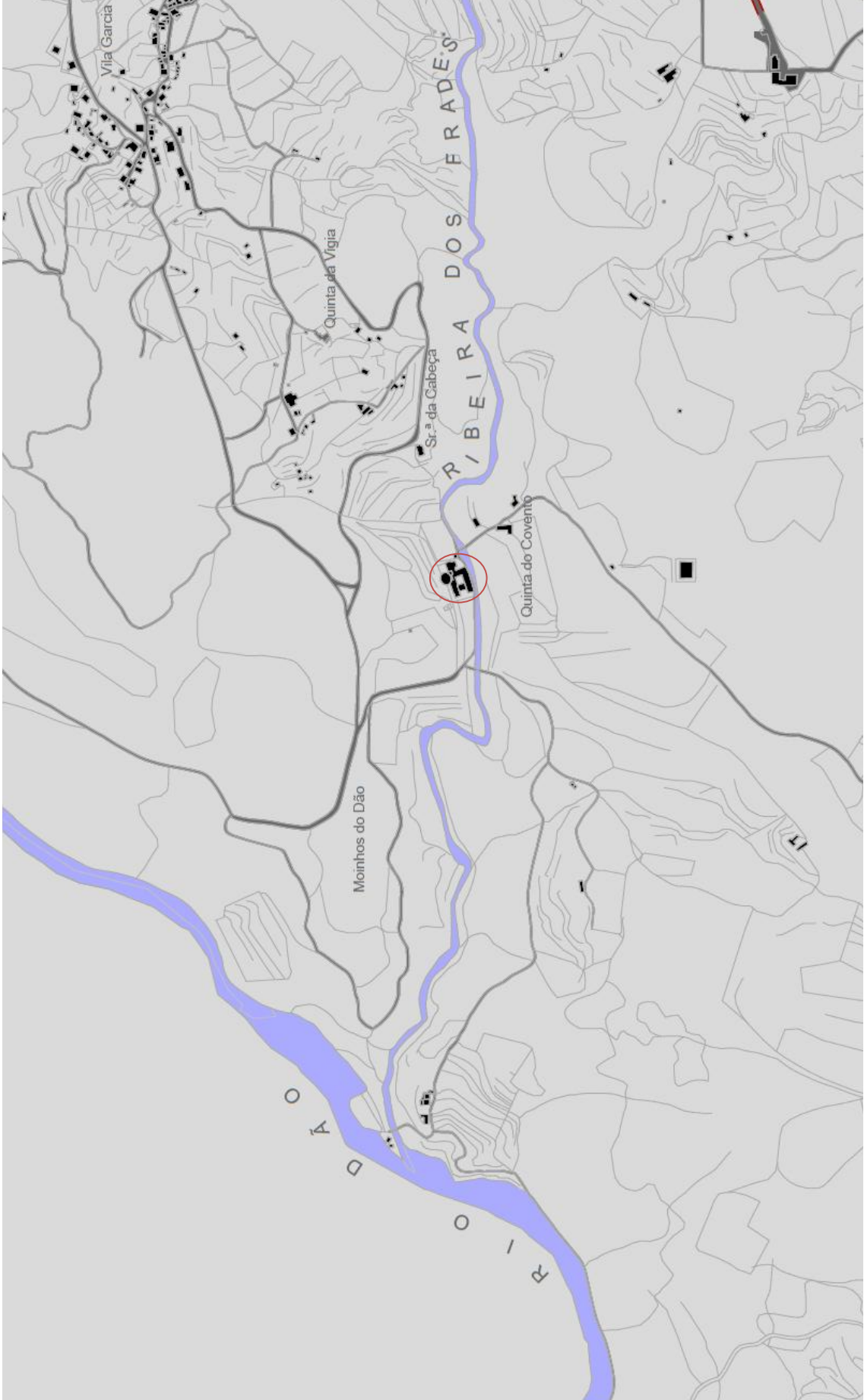
Daqui é possível perceber que em 1170, Gonçalo Pais vendeu ao Abade D. Soeiro uma herdade que tinha, com excepção de uma pequena parte que pertencia a sua filha D. Teresa.

Não se sabe ao certo a data da construção do mosteiro em Maceira Dão. Contudo, sabe-se que foi construído entre 1170, data que D. Soeiro ainda aqui acumulava herdades em Maceira Dão, e 1173, data em que D. Afonso Henriques deu a carta do couto do mosteiro de Maceira Dão a D. Soeiro.

D. Soeiro construiu assim o seu mosteiro, segundo os princípios de Cister. Implantou-se num vale fértil, sem ventos do Norte ou da serra, junto à ribeira dos frades, que desagua, um pouco mais a ocidente, no rio Dão. O vale, onde se

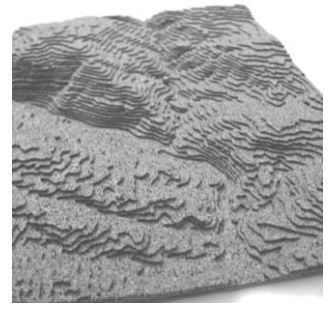
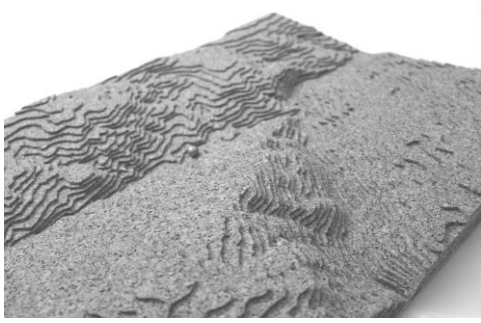
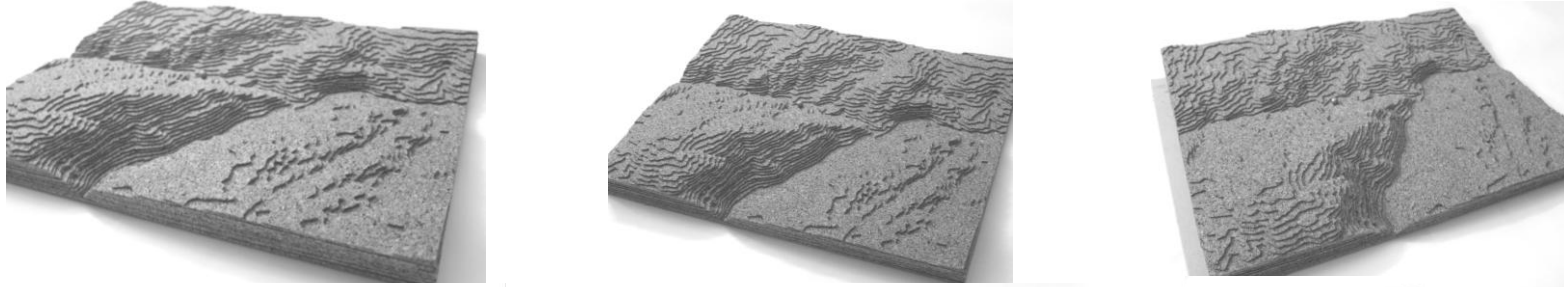
Implantação em Maceira Dão

⁽¹⁸⁾ Alves, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 36.

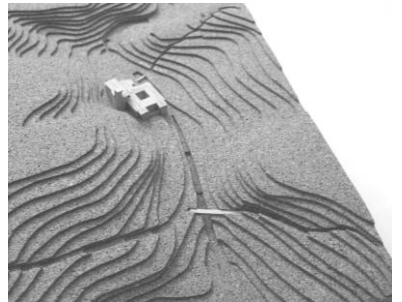
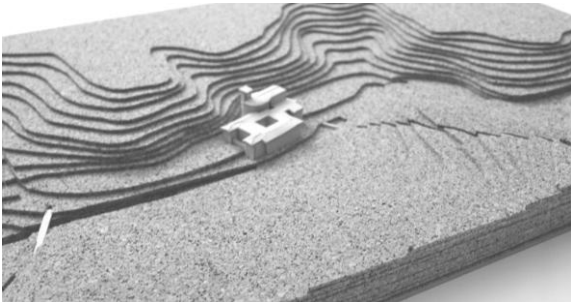
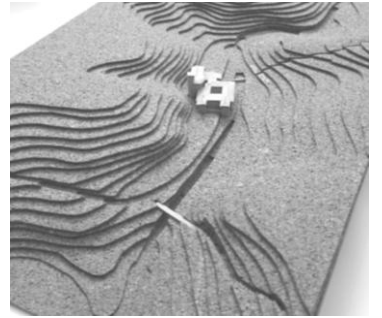
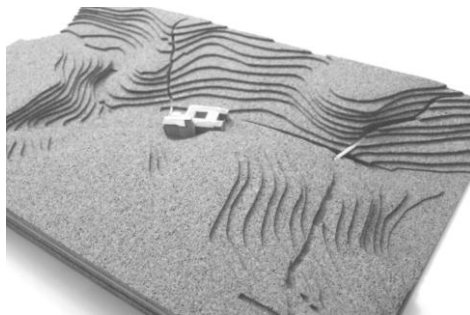
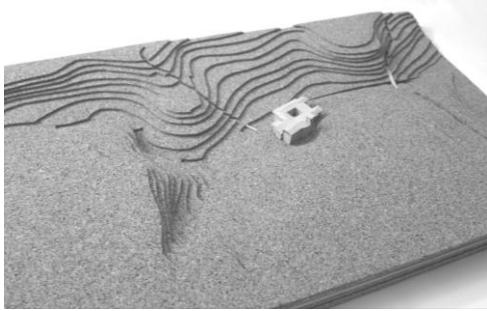


implantou o mosteiro, é pouco profundo. Contudo, resulta de três encostas de características diferenciadas. A encosta nascente possui uma pendente mais acentuada; nela se encontra o ponto mais elevado onde se pode observar toda a extensão da paisagem; a encosta Norte possui uma pendente menos acentuada pelos seus socalcos com muros de suporte de pequenas dimensões; a encosta Sul possui pendente suave, o que deu origem a grandes terrenos férteis para o cultivo. O lado Poente caracteriza-se não pela presença de uma pendente mais sim pela ausência desta. Neste lado, a suavidade do terreno faz com que o ângulo de incidência solar seja bastante amplo fazendo com que os dias sejam “maiores” pelo simples facto do sol desaparecer no horizonte mais tardiamente.

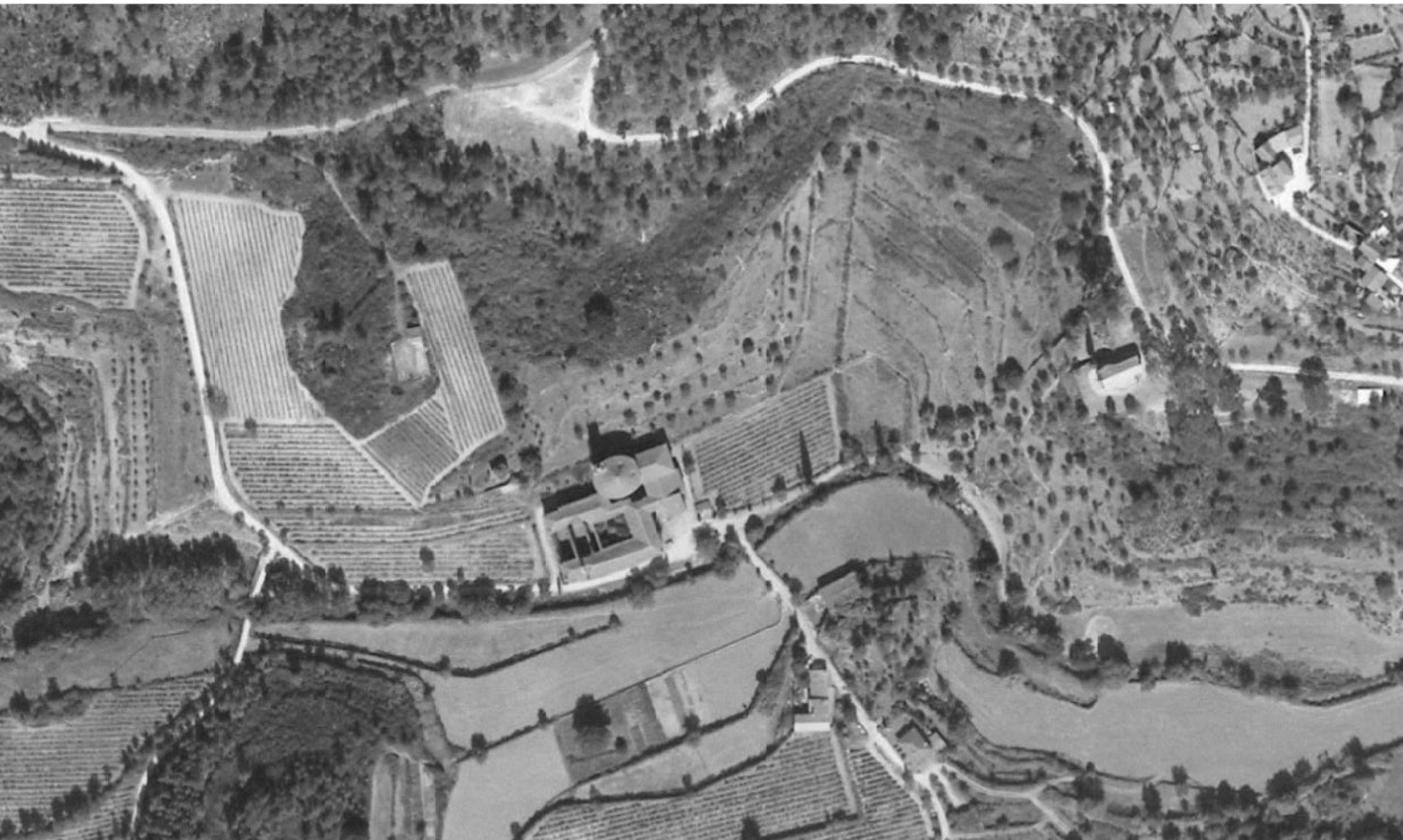
Não se conhece ao certo a data da construção do Mosteiro, todavia sabe-se sim que em 1173 este mosteiro já se encontrava construído. Esta afirmação pode ser provada uma vez que a 31 de Outubro, D. Afonso Henriques doa a carta de couto de Maceira Dão a D. Soeiro e aos seus frades (Ver anexos).



15 – Maquete de estudo topográfico. Escala 1/10 000.



16 – Maquete de estudo de implantação. Escala 1/500.



VENTURAS E DESVENTURAS EM MACEIRA DÃO

O Real mosteiro filiou-se à ordem Cister por volta de 1188, e assim permaneceu até 1834, data da extinção das ordens religiosas em Portugal.

D. Afonso Henriques, rei de Portugal, concedeu ao mosteiro de Maceira Dão protecção real, tal como a todos os mosteiros da ordem Cister, daqui o mosteiro designar-se por Real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.

Frei Manuel dos Santos, na sua “Alcobaça ilustrada” descreve as palavras de D. Afonso Henriques aquando da sua protecção real: “... em retribuição antecipada das orações dos monges, que pedia, tomou debaixo da protecção real a quantos mosteiros já tínhamos (na Ordem de Cister) no seu tempo e viéssemos a ter pelo tempo adiante nas suas terras, querendo assim, em seu nome como dos outros Reis seus sucessores, que viessem a possuir, que umas e outras fossem havidas e reputadas como bens reais e fazenda real da Coroa; e que os Reis tivessem o mesmo cuidado, o mesmo zelo e vigilância da dita nossa fazenda como têm e devem ter do seu património real”.¹⁹

Venturas

Até ao século XIII, o comando e a orientação dos monges brancos de Maceira Dão não trouxeram dificuldades de maior. A devoção exagerada dos crentes para com esta instituição proporcionou uma riqueza monástica que crescia desmesuradamente de dia para dia.

Desventuras

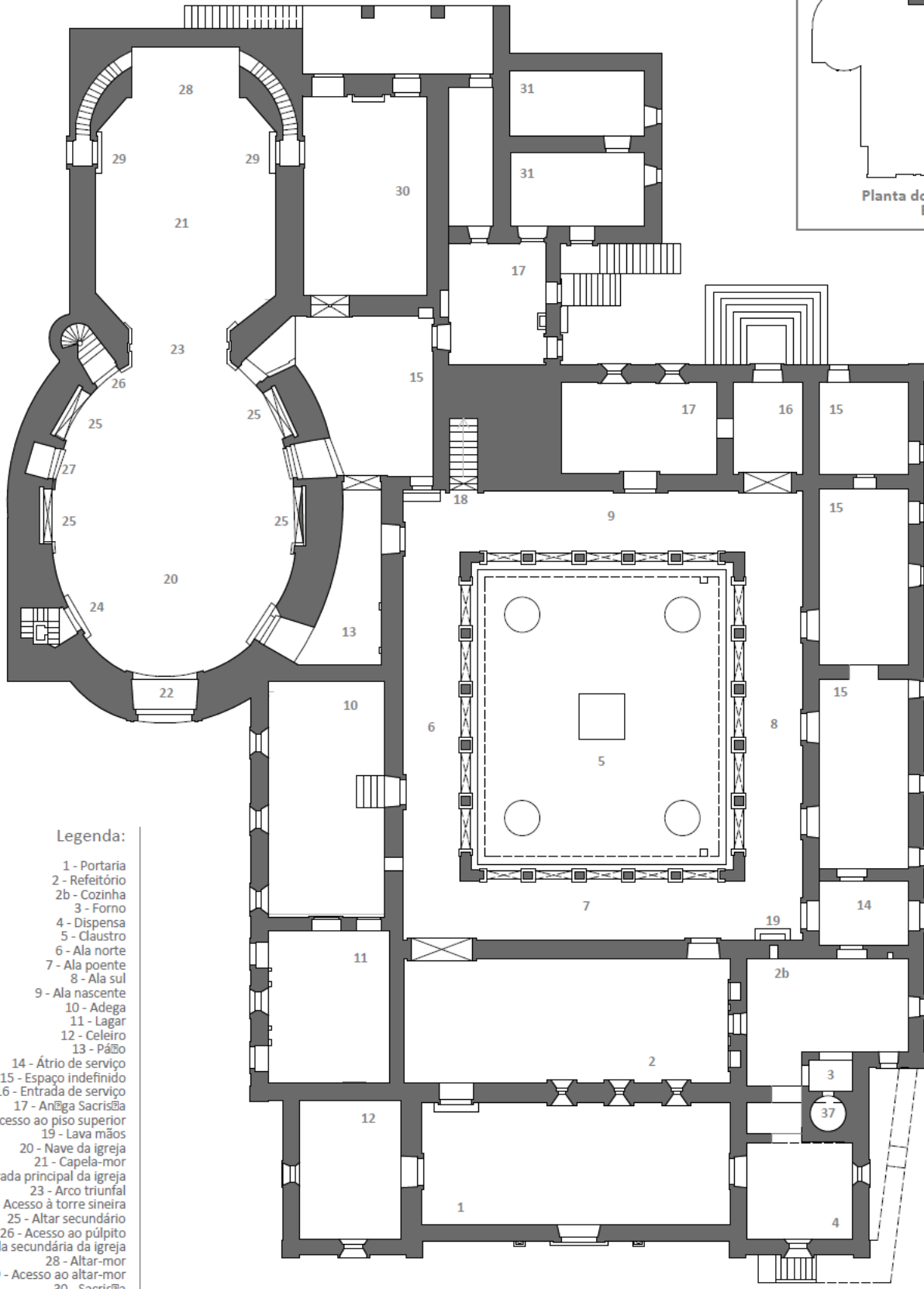
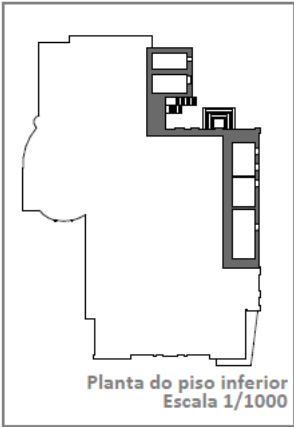
“Ao passo, porém, que os bens do clero regular aumentavam, sucedia a este, o mesmo que ao clero secular: os olhos que vigiavam vastas e férteis propriedades ou cofres cheios de ouro, esqueciam-se que lá em cima estava o céu.”²⁰

Foi este relaxamento, na chefia do mosteiro de Maceira Dão, bem como as longas e dispendiosas demandas, a malícia da classe nobre, o relaxamento da protecção real, o pesado contributo para as despesas militares, as crises económicas da época e o reflexo das convulsões político-sociais que levaram à decadência do mosteiro. A crise prolongou-se por vários anos, e ainda em 1431 num escrito da época, Viterbo refere o Abade D. Fr. Álvaro como o único monge no mosteiro:

“O que não tem dúvida é que este Mosteiro chegou à última decadência, por má administração dos seus bens e pelos particulares respetos do Abade D. Diogo, seu

⁽¹⁹⁾ Alves, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 40.

⁽²⁰⁾ Idem, Pag. 49.



Legenda:

- 1 - Portaria
- 2 - Refeitório
- 2b - Cozinha
- 3 - Forno
- 4 - Dispensa
- 5 - Claustro
- 6 - Ala norte
- 7 - Ala poente
- 8 - Ala sul
- 9 - Ala nascente
- 10 - Adegas
- 11 - Lagar
- 12 - Celeiro
- 13 - Pátio
- 14 - Átrio de serviço
- 15 - Espaço indefinido
- 16 - Entrada de serviço
- 17 - Anõga Sacristia
- 18 - Acesso ao piso superior
- 19 - Lava mãos
- 20 - Nave da igreja
- 21 - Capela-mor
- 22 - Entrada principal da igreja
- 23 - Arco triunfal
- 24 - Acesso à torre sineira
- 25 - Altar secundário
- 26 - Acesso ao púlpito
- 27 - Entrada secundária da igreja
- 28 - Altar-mor
- 29 - Acesso ao altar-mor
- 30 - Sacristia
- 31 - Armazém
- 32 - Galeria de acesso aos quartos
- 33 - Portaria
- 34 - Cela
- 35 - Aposentos do abade
- 36 - Biblioteca
- 37 - Chaminé

O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão

Passado, Presente e Futuro

Planta do piso do rés-do-chão | Escala 1/200



antecessor, e outros; que El-Rei D. João I, no (ano) de 1432 – e a requerimento de D. Fr. Álvaro – fez revogar todos os enprazamentos, aforamentos de que deviam, declarando nulos os ditos contratos, e “mandando às suas Justiças que, sem mais forma e ordem, metam o Mosteiro em posse destes bens, que mal e indevidamente andavam alheados”.²¹

Durante o período de crise nacional e após a morte de D. Fernando, o mosteiro enfraquecido, agora sem a protecção real, revelou-se uma presa fácil para os nobres enriquecidos. Superada a crise, o então rei de Portugal, D. João I, em defesa do património material do mosteiro, doou a Fernão Gonçalves, filho do bispo de Viseu, herdades que outrora pertenceram a D. Fernando. Não satisfeito com tal herança, Fernão Gonçalves e seu filho, Diogo Soares de Albergaria, resolveram “estender as garras às velhas terras de Azurara”.²¹

Assim, em 1445, é possível ler no livro do tombo de Maceira Dão:

*“Neste Mosteiro há dezoito casais no concelho de Senhorim os quais lhe tomou seu pai de Diogo Soares. E o feito da demanda está em casa de El-Rei, e tem-no João de Lisboa, escrivão de El-Rei. E tomou mais o dito Diogo Soares, ao Mosteiro, uma herdade no Couto de Moimenta. O Senhor Deus lho queira perdoar. Amen”.*²³

Ainda no livro do tombo de Maceira Dão, de 1445, é possível verificar que os bens do mosteiro encontravam-se não só dentro do concelho de Mangualde mas também em concelhos vizinhos: Algodres, Aveiro, Busterros, Folgosinho e Melo, Gouveia, Manteigas, Matanças, Mões, Penalva, Satão, Seia, Senhorim, Tavares, Trancoso, Viseu e Vouzela.

Contudo, a crise económica abrandou, e o único monge do Mosteiro, D. Fr. Álvaro, podia assim respirar um pouco. Em 1503, D. Manuel, sabendo da dificuldade de gerir um mosteiro, apenas com um monge e com rendas que dele eram desanexadas, doou 300 000 reis que desde logo fizeram arrancar obras de restauro nos velhos edifícios, impondo-se que em nada alteraram o aspecto geral do mosteiro.

*“Em 1560, o Mosteiro de Maceira Dão teve um aumento nas suas rendas, com a incorporação dos bens do Mosteiro das Religiosas Cistercienses de S. João de Vale de Madeiros, extinto naquele ano por decisão do Cardeal Rei”.*²⁴

Nos séculos XVII e XVIII, o Mosteiro de Maceira Dão sofreu grandes alterações no seu edificado. Ao contrário da requalificação de 1503, onde não se alterou o aspecto geral do edifício, agora demoliram-se os velhos e acanhados edifícios para dar lugar a novo mosteiro sobre as ruínas do antigo.

(21) Alves, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 53.

(22) Idem, Pag. 55.

(23) Ibidem, Pag. 55.

(24) Ibidem, Pag. 57.



Alçado poente
Alçado nascente

O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão
Passado, Presente e Futuro

Alçados | Escala 1/200

Do antigo edificado apenas a torre medieval se manteve. Sobre as ruínas do antigo mosteiro nasceu um claustro que possuía o seu acesso principal a Poente, através da portaria. Ao lado da portaria situava-se o cronograma com a data de 1613. Todavia sabe-se que as obras se prolongaram, até 1632, aquando do tempo de D. Abade Fr. Rafael de S. Bernardo. Como todas estas obras requeriam grandes despesas monetárias, o Abade Fr. Luis Barreto e o seu convento venderam algumas propriedades do Mosteiro em Vila de Fornos de Algodres, em 1720.

Vinte e quatro anos depois, em 1744, reedificou-se a igreja. Durante três anos realizaram-se as obras na igreja, desde “*a pedraria, à cornigem Real*”²⁵, ficando apenas, por construir, a abobada de tijolo. Esta só em 1779, trinta e cinco anos após o início da construção, ficou concluída.

A 30 de Maio de 1834, após a extinção das ordens religiosas, procedeu-se ao inventário e tomada de posse dos bens do Mosteiro pela sub-prefeitura de Tondela a mando do Tesouro Público, apenas cinco dias depois da dita extinção.

A 20 de Março de 1965, na Comarca de Mangualde, foi posta em praça pública, pela primeira vez, “terra de sementeira, olival, vinha e pinhal, casa de habitação e convento e anexos, sita à Quinta do Convento, no limite do lugar e freguesia de Fornos de Maceira Dão”²⁶, no valor de 728.720\$00, tendo este conjunto sido arrematado por António Jorge Ferreira, delegado de saúde de Pombal.

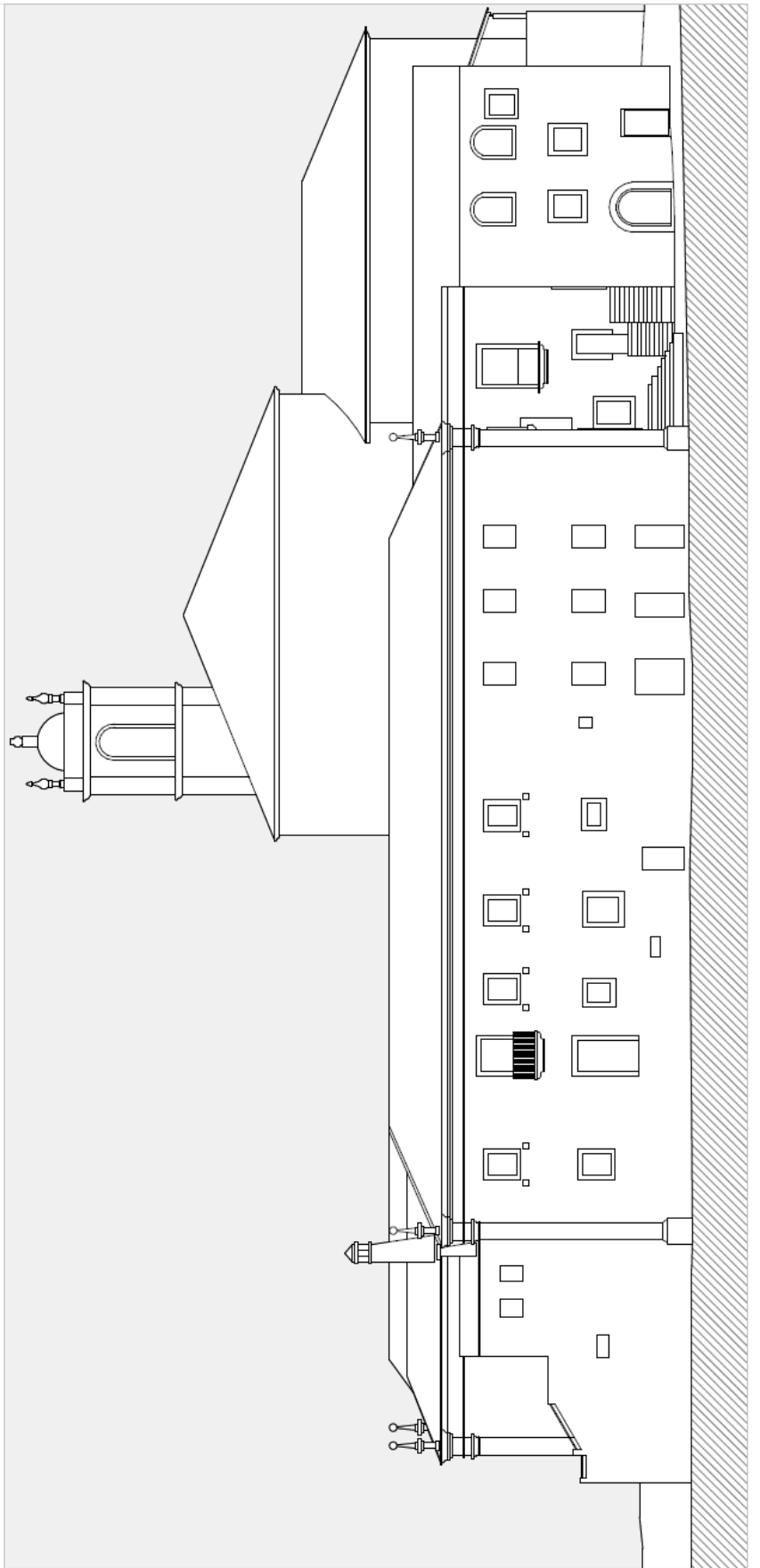
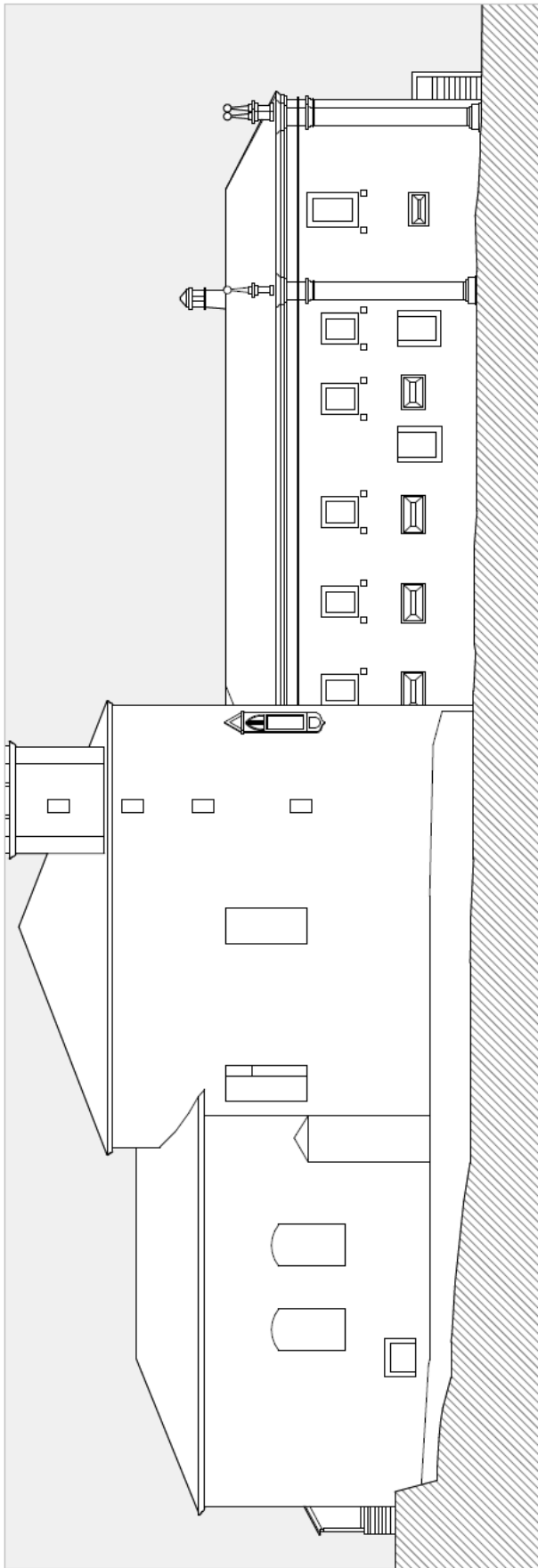
Foi lançado o apelo pela ACAB (Associação Cultural Azurara da Beira) e pela Câmara Municipal de Mangualde, para a classificação do histórico monumento como Imóvel de Interesse Público.

Em 1994, em solicitação ao IPPAR, informou-se da conveniência em classificar o imóvel cisterciense, quer pela sua importância histórica, quer pelo valor patrimonial e cultural que representa para o Concelho.

A comunicação da classificação ocorreu, pelo Decreto-Lei nº 5/2002, de 19 de Fevereiro, conferindo-lhe o estatuto de Monumento Nacional, reconhecendo-se assim o seu valor no património português.

(25) Alves, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 67.

(26) Idem Pag. 98.



Alçado norte
Alçado sul

O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão
Passado, Presente e Futuro

Alçados | Escala 1/200

EVOLUÇÃO VOLUMÉTRICA DO MOSTEIRO

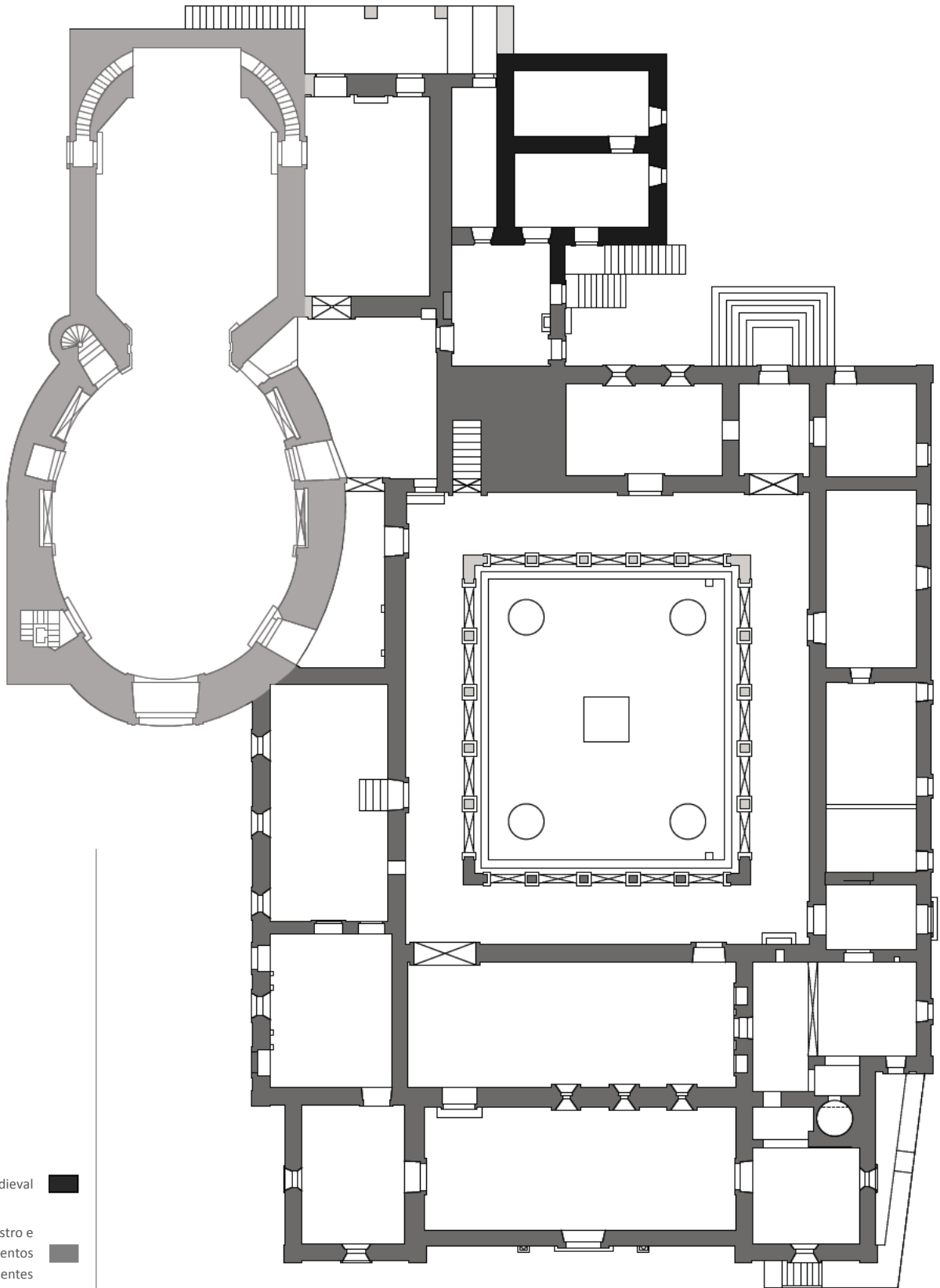
O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão resulta de uma obra em permanente construção ao longo de mais de sete séculos. Desde o mosteiro original, ainda do século XII, até os nossos dias, o mosteiro sofreu demolições, requalificações, bem como acrescentos de diferentes épocas, originando assim um edifício que possui diferentes formas construtivas, diferentes escalas e diferentes estilos.

Situado entre duas encostas (uma a Norte e outra a nascente) e uma linha de água a Sul, possui a sua entrada principal do lado poente. A sua implantação remete-nos às típicas implantações dos mosteiros cistercienses, onde a existência de uma linha de água permitia a subsistência dos campos agrícolas e por consequente o sustento do mosteiro. O facto do mosteiro se implantar junto a uma encosta do lado Norte e nascente permitiria um eficiente resguardo dos ventos. Por outro lado, a abertura do mosteiro a poente e a Sul permitiria uma boa insolação e uma excelente iluminação, até ao pôr-do-sol. No que diz respeito à prática agrícola, os terreiros a poente e a nascente, bem como os terrenos que se prolongam a Sul, segundo uma inclinação pouco acentuada, seriam proveitosos não só pela homogeneidade do terreno mas sobretudo pela ribeira dos frades e a consequente facilidade de irrigação dos campos.

Actualmente, o Mosteiro é constituído por diferentes blocos de granito aparelhado e possui um aspecto maciço e monumental, que evidencia e salienta a clareza das suas linhas, impostas pela regra de Cister. Existem assim três diferentes níveis de aparelho da pedra, bem como diferentes qualidades de granito. Todavia, a cobertura em telha parece dar uma homogeneidade ao mosteiro, apesar de em algumas zonas ela não corresponder à cobertura original (como na torre medieval que era bem mais alta que a actual).

No que diz respeito ao aspecto exterior, o bom aparelho da pedra sugere que as fachadas não recebessem nenhuma argamassa. Contudo, quando se observam as pedras que emolduram as aberturas, damos-nos conta de pormenores que tornam plausível a existência, outrora, de uma argamassa de regularização sobre as paredes grossas de granito.

O exterior do edifício assentava directamente sobre o terreno, uma vez que não revela a existência de qualquer envasamento. Por outro lado, o topo do edifício é



- Torre medieval
- Claustro e compartimentos adjacentes
- Igreja

Evolução volumétrica

O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão
Passado, Presente e Futuro

Planta | Escala 1/200



rematado por um friso contínuo que termina em cornija saliente; já os ângulos, em cunhais de/com pilastras, são coroados por pináculos encimados por esferas.

À medida que o edifício se vai aproximando do solo, as aberturas ora diminuem ora são inexistentes. Porém, num período mais recente, foram abertas portas ao nível do solo, passando a fazer parte do edifício. Por outro lado, ao longo de todo o piso superior, a existência de janelas de forma rectangular proporciona uma forte relação de interior/exterior, abrindo-se assim para a paisagem. O contorno destas aberturas era feito em granito, recebendo as do piso superior um tratamento diferente com a adição de dois cachorros laterais. Na fachada voltada a Sul, para além das janelas de verga lintel, abre-se ainda uma janela de sacada.

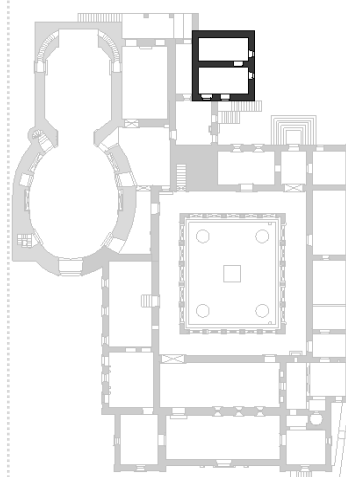
Do antigo mosteiro apenas a “torre”, do século XII, chegou aos nossos dias. No entanto, no actual edifício é possível identificar pedras com siglas, bem como elementos decorativos, fruto de um reaproveitar de materiais e que remontam ao mosteiro original. Deste modo, o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão é composto por três partes distintas, às quais correspondem três grandes intervenções: a **“torre” medieval** – único elemento que restou do mosteiro original (sécs. XII e XIII); **o claustro e os seus compartimentos adjacentes** (sécs. XVI e XVII); e a **Igreja** (séc. XVIII).

A “torre” medieval situa-se do lado nascente do mosteiro com a sua fachada principal voltada a Sul, que dá para um terreiro lajeado; é neste terreiro que se situa uma escadaria de acesso ao claustro. Outrora adega e celeiro dos frades, este elemento, que remonta ao período da fundação do mosteiro, possui três pisos, de pés-direitos baixos, apesar de alguns escritos afirmarem que originalmente possuía cinco. É constituída por paredes grossas de pedras de granito de dimensão média, com um aparelho regular onde não se encontram vestígios de qualquer revestimento, indiciando assim que as paredes teriam sido em pedra à vista.

No que diz respeito aos pavimentos, a torre possui soalho nos seus pisos, com a excepção do piso térreo que se encontra em terra batida. A terra batida seria também o pavimento utilizado na época, uma vez que os compartimentos aí existentes seriam de pouca nobreza (armazéns).

Os dois pisos inferiores eram constituídos por duas divisões de igual área, que comunicavam entre si através de uma porta, uma vez que neste elemento arquitectónico não existiam espaços de circulação. Esta parede divisória, além de organizar dois espaços que poderiam ter diferentes ocupações/funções, era fundamental para a estrutura da “torre” que se sustentava nas paredes exteriores assim

A “TORRE” MEDIEVAL



17 – Localização da torre medieval na volumetria (século XII).

como na referida parede divisória. Apesar das paredes medievais serem das mais grossas do mosteiro nos dois primeiros pisos, estas sofrem uma ligeira diminuição de espessura no último piso. Assim, o peso a sustentar seria menor no piso superior, libertando algum peso nas paredes térreas.

Ao nível do solo abrem-se duas portas, uma rectangular e outra de volta inteira com seis aduelas; no primeiro andar, a que dá acesso a uma já mencionada escadaria encostada à parede do lado poente, encontram-se duas janelas quadrangulares de arestas chanfradas; já no último piso abrem-se três janelas, duas de arco abatido e outra muito semelhante à do andar inferior.

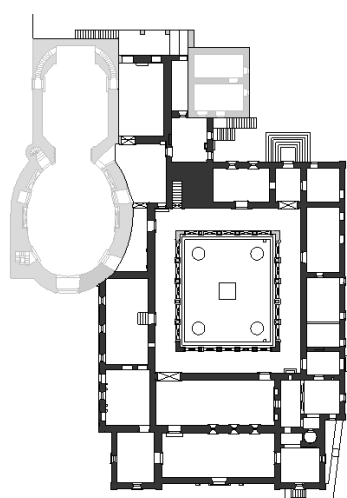
CLAUSTRO E COMPARTIMENTOS ADJACENTES

No século XVI e XVII o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão sofreu a maior requalificação de sempre, fruto de uma gloriosa época de prosperidade. As novas instalações monásticas são agora compostas por um corpo, de dois pisos, em torno de um claustro (que a par da Igreja forma o conjunto de construções essenciais à vida do mosteiro, procurando a melhor insolação).

Devido ao desnível do terreno, subindo à medida que se afasta da Ribeira dos Frades, o novo corpo do mosteiro encontra-se parcialmente enterrado do lado Norte e sobrelevado do lado Sul. O acesso ao actual mosteiro far-se-ia por uma portaria, do lado poente, que se encontrava de nível com o terreno.

Depois da portaria, acedia-se ao claustro pelo lado poente. Já no claustro é possível identificar diferentes dependências que se dispõem no seu perímetro; no piso inferior situavam-se compartimentos como a sacristia, a sala do capítulo, a adega, as salas de trabalho dos monges, o refeitório e a cozinha, e que davam para uma zona do claustro destinado a ser percorrida em oração. Por outro lado, no piso superior, o espaço adjacente ao claustro funcionava apenas como circulação e distribuição para os diferentes aposentos dos monges. A ligação entre os dois pisos realizava-se pela ala nascente através de uma escadaria em pedra que fazia a transição entre a parte “nova” e a parte “antiga” do mosteiro.

A diferença de usos/funções, no claustro, entre o primeiro e o segundo pisos, reflecte-se na sua forma; o piso térreo do claustro é conformado por arcadas de cinco (lados Norte e Sul) e quatro (lados nascente e poente) arcos, assentes em pilares trabalhados em almofada; por outro lado, no piso superior, sobre o friso que delimita os arcos, rasgam-se amplos vãos de varanda e caixilho, que iluminavam os corredores de distribuição para as celas. É de se salientar ainda que ao nível do telhado, na cornija, gárgulas em forma de bombardas decoram o claustro maneirista.



18 – Localização do claustro e dos seus compartimentos adjacentes na volumetria (século XVI e XVII).

No pátio central, de forma rectangular, implantaram-se quatro cilindros de granito que acolhiam laranjeiras, e um prisma rectangular ao centro servindo de fonte. Além do acabamento a branco do interior da galeria existia um envasamento em todo o seu perímetro em azulejos de cores azul e branca (que também foi aplicado na galeria do piso superior), bem como uma fonte de granito do lado poente, onde outrora percorria um fio de água “emoldurando” um ambiente de introspecção e de meditação tão característico dum mosteiro. Por outro lado, é bastante perceptível a distinção dos espaços através dos materiais: utilização de lajeado de granito e tectos em madeira escura (aplicada de forma horizontal ao contrário do piso superior onde se aplicou uma cobertura de madeira em forma de abóbada) nos espaços comuns e soalho nas zonas privadas.

É de salientar ainda a presença de pedras com siglas, frisos lavrados e de cantaria ornamentada com motivos fitomórficos, nas paredes da galeria Norte, fruto de um reaproveitar de materiais do antigo convento.

Na ala Norte situava-se o lagar e a adega. Estes compartimentos encontravam-se a uma cota ligeiramente mais baixa criando-se assim melhores condições para a prática vinícola.

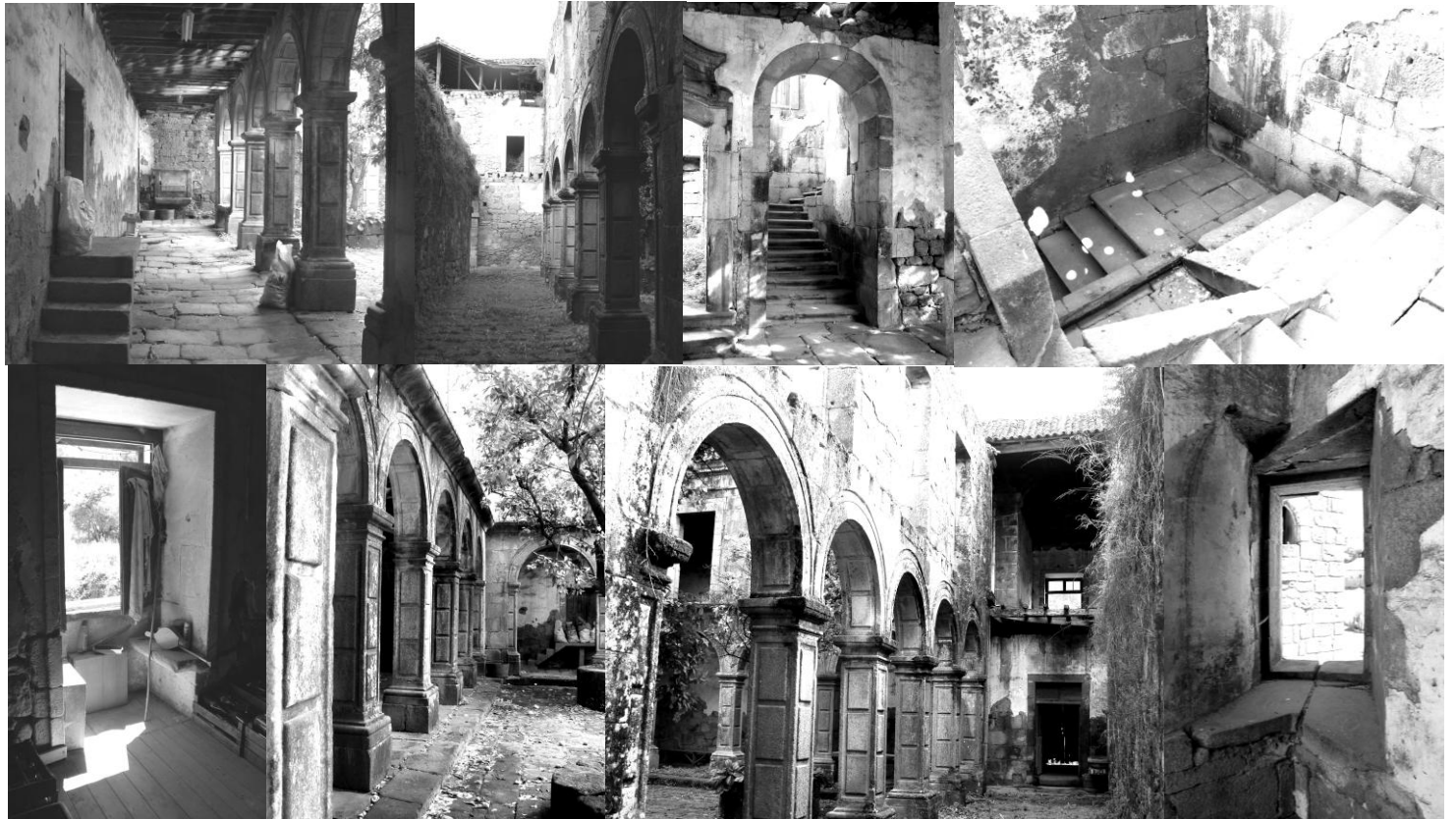
Na ala poente encontrava-se o refeitório que por sua vez ligava-se à cozinha através de uma parede onde ainda hoje é possível contemplar as aberturas do passapratos. Assim, a cozinha situava-se na rótula da ala poente com a ala Sul. Ainda hoje é possível observar o fogão bem como outras aberturas que serviriam como prateleiras. É de salientar ainda a existência de um lava mãos, ainda na galeria poente, adocada à parede da cozinha.

Por outro lado, a ala Sul é a que mais interrogações nos coloca. Nesta ala apenas é possível afirmar que o compartimento mais a poente, imediatamente ao lado da cozinha, seria um átrio de serviço. Esta afirmação justifica-se pela monumentalização da abertura para a fachada Sul bem como pela funcionalidade de haver um espaço de transição entre o claustro e a cozinha. A mesma certeza já não se pode ter com os restantes compartimentos da ala Sul. Apesar de algumas pessoas afirmarem que estes compartimentos seriam celas, justificando a sua afirmação pela presença de aberturas, para o exterior, iguais às celas do piso superior (abertura até ao nível do soalho com acentos em pedra). Todavia sabe-se que estas aberturas não são exclusivas dos compartimentos privados dos monges ficando assim em aberto as suas verdadeiras funcionalidades.

A "TORRE" MEDIEVAL



CLAUSTRO E COMPARTIMENTOS ADJACENTES



A IGREJA



Por último, resta a ala nascente. Aqui pode-se encontrar um acesso secundário do mosteiro. Adoçada a esta entrada encontramos um compartimento que possuiria uma função bastante importante no mosteiro. Esta afirmação justifica-se pela monumentalização da porta de entrada. Alguns escritos afirmam que este compartimento fora uma antiga sacristia, por outro lado pessoas antigas, relacionadas directamente com o mosteiro, afirmam que a monumentalização desta porta deve-se ao facto de que esta seria uma porta importante de acesso ao antigo mosteiro medieval. Pondo estas duas hipóteses a única certeza que se conclui é a de que este compartimento remonta às primeiras edificações monásticas em terras de Santa Maria de Maceira Dão. Esta afirmação ganha mais firmeza quando se compara o aparelho da pedra da parede referida com as restantes paredes do claustro. Todavia não é possível apurar com exactidão a verdadeira funcionalidade deste compartimento.

Ainda na ala nascente é possível encontrar dois vãos, um de acesso às escadas, que por sua vez nos leva ao piso superior e um outro, bem marcado pela sua beleza escultórica, que dá acesso a um pátio de pavimento vegetal que se encontra a céu aberto. Este espaço resulta certamente das alterações que o mosteiro foi sofrendo ao longo dos tempos. Neste átrio é possível era possível aceder à igreja (acesso secundário) e à sacristia. Pela proximidade e pela ligação directa ao altar-mor pode-se afirmar que o compartimento adoçado à igreja seria a sacristia.

O acesso ao piso superior faz-se por uma escada toda em pedra, situada na ala nascente do claustro. Chega-se assim a um espaço desafogado que serviria de distribuição. Aqui poder-se-ia aceder a uma série de espaços não identificados, do lado nascente, ou então aos corredores de acesso às celas, do lado poente. Estes corredores, ao contrário dos do piso inferior, eram interiores, abrindo-se na mesma para o claustro através de janelas de padeira quase até ao nível do soalho. Na ala poente, Sul e nascente situavam-se as celas dos monges. Na articulação entre a ala Norte e a ala poente situava-se a cela do abade-mor. Esta localização deve-se ao facto do abade poder controlar quem entrava e quem saía do mosteiro, através da portaria. Outro ponto de excepção do piso superior seria a outra articulação a poente; aqui, pelos vestígios encontrados de paredes divisórias em tabique, acredita-se que este espaço serviria de biblioteca. Ainda neste piso é de se salientar a existência, na ala Norte, de outros compartimentos que não seriam celas. Esta afirmação só é possível pela irregularidade destes compartimentos, quando comparados com os compartimentos que serviriam de celas dos monges.

Ao nível do sistema construtivo no conjunto edificado no século XVI e XVII é de realçar duas grandes famílias: as paredes estruturais e as não estruturais.

As paredes estruturais são constituídas por uma aparelhagem em granito apresentando uma espessura bem maior que as não estruturais que por sua vez são em taipa resultando assim numa espessura bem mais delgada (aproximadamente 20cm)

As paredes estruturais podem ainda dividirem-se em dois grupos: as portantes e as de travamento. As paredes portantes localizam-se geralmente em redor dos compartimentos e devido à sua clara função estrutural apresentam uma espessura maior que as paredes de travamento. Estas existem apenas no piso térreo e geralmente são utilizadas transversalmente às paredes portantes, servindo assim, como o próprio nome indica, de travamento. Além da espessura, também o aparelho da pedra distingue estes dois tipos de parede. As paredes de travamento possuem um aparelho mais tosco que as portantes.

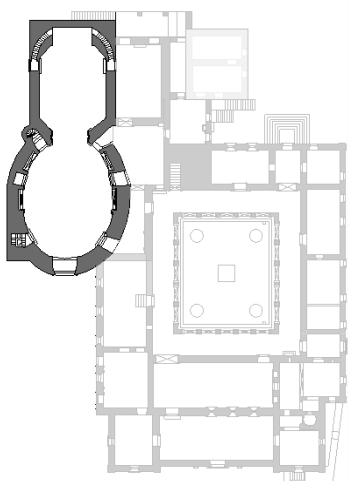
Os soalhos e a cobertura são sustentados pelas paredes portantes. Estas paredes que são mais delgadas no piso superior possuem diferentes níveis de aparelhos no que diz respeito ao interior e ao exterior.

As paredes interiores possuem um aparelho irregular evidenciando claramente um acabamento em reboco. Por outro lado, as paredes exteriores possuem um aparelho muito cuidado do lado exterior uma vez que do lado interior o aparelho é também ele bastante irregular.

A IGREJA

A última e mais recente grande modificação no conjunto monástico do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão corresponde à construção de uma nova igreja. O início da sua construção remete-nos para o período barroco, mais concretamente para o ano de 1744. Esta implantou-se no lado Norte do mosteiro fazendo assim uma melhor transposição de escalas entre o mosteiro e a encosta, devido à sua altura. Todavia e apesar de dominar todo o vale, a igreja encontra-se recuada em relação à portaria, criando assim um espaço dito de preparação à entrada. Detentoras do mais elevado valor de espessura, as paredes que envolvem a nave da igreja chegam a atingir mais de dois metros de espessura, enquanto as paredes da capela-mor atingem no máximo metro e meio. Esta diferença de espessura deve-se ao facto de as paredes da nave da igreja sustentarem a cúpula executada em tijolo de burro.

Por outro lado, não é só na espessura das paredes que a igreja se destaca; também ao nível do aparelho da pedra existem dados importante a ter em conta; este é o mais irregular. Neste complexo monástico é possível observar vestígios (presença parcial de frescos) que indiciam, que a igreja foi rebocada tanto no exterior como no interior. Todavia em alguns pontos especiais, como cunhais e a parede da capela-mor, existiu uma maior preocupação no aparelho da pedra, bem como pela utilização de pedras de maior dimensão.



19 – Localização da igreja na volumetria (século XVIII).

A entrada faz-se pelo lado poente através de um portal, de verga rectangular, que é circundado por uma moldura de desenho muito simples, em forma de aletas, que por sua vez se liga a um frontão curvo, tendo ao centro o escudo de armas real. Sobre a porta existe uma janela rectangular gradeada e três nichos vazios. Os dois primeiros ladeiam a janela e devem ter albergado as imagens de S. Bento e de S. Bernardo. O terceiro, situado por cima da janela, termina junto à cornija, em frontão triangular ondulado, e nele deve ter estado exposta a N^a Sr.^a da Assunção, orago da Igreja.

Dentro da igreja é possível distinguir imediatamente dois espaços distintos. O primeiro, de forma elíptica e onde se situa o acesso principal, é a nave da igreja, já o segundo, de forma quadrangular e de pé direito mais baixo, é a capela-mor. Relativamente à nave, a forma elíptica possui um pé direito mais elevado, criando assim uma sensação de grandeza acentuada não só pela sua altura e pela sua forma caracteristicamente barroca mas também pela cobertura em cúpula de tijolo. Neste espaço abrem-se dois arcos (que abrigavam retábulos), duas portas e dois janelões, em cada parede lateral, que só foram possíveis devido às grossas paredes que constituem a Igreja. Na parede Sul, encontra-se uma porta central, de arco, que faz a ligação com o claustro. Na parede Norte, encontra-se uma porta que dá acesso a uma torre sineira de secção quadrangular. Esta torre divide-se verticalmente em três partes: a primeira é constituída por um bloco maciço que termina ao nível do telhado da Igreja; a segunda, separada da primeira por um friso com cunhais em pilastras, é constituída pelo volume que acolheu os sinos e no qual se abrem quatro janelões; já a terceira é constituída por uma cúpula semi-esférica com pináculo. Cada ângulo da torre sineira suporta também um pináculo encimado por uma esfera.

Ainda na nave, encontramos uma serie de nichos (onde outrora se encontravam estátuas de santos), janelas, uma escada que nos levava à torre sineira, uma outra que nos levava ao púlpito e ainda uma porta secundária que daria para o exterior da igreja, mais precisamente para o lado Norte junto à encosta. Seguindo o eixo maior da elipse e passando um grandioso arco triunfal que divide a nave da capela-mor, chega-se à capela-mor. Aqui encontrava-se o altar-mor bem como as duas portas (uma de cada lado do altar-mor), que esconderiam as escadas, que o acediam, uma vez que estas se encontravam dentro das paredes grossas da igreja. Aqui, em cada parede lateral, existem duas janelas de verga curva e, junto ao arco, uma porta com frontão triangular. Ainda na capela-mor e passando a porta mais a Sul encontrava-se uma outra porta que daria à última sacristia que este complexo monástico conheceu.





Presente

SITUAÇÃO ACTUAL DO REAL MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, outrora uma das primeiras casas religiosas dos monges cistercienses a ser erguida em Portugal (logo após a S. João de Tarouca e Alcobaça), encontra-se ao abandono, servindo apenas como instalação de apoio às actividades agro-pecuárias.

Compartimentos onde outrora entoavam preces religiosas servem actualmente de casa de habitação nos períodos em que o intenso trabalho agrícola exige a colaboração de mão-de-obra extraordinária, e até como celeiros,, armazéns e galinheiros

Ao longo dos tempos o mosteiro foi sofrendo profundas alterações, não apenas a nível funcional mas também ao nível construtivo. O conjunto monástico apresenta assim um estado de degradação bastante avançado. Fissuras, fendas, degradação dos materiais e em alguns casos colapsos fazem deste monumento nacional um edifício desamparado num lugar cheio de recolhimento. Assim, é de realçar a localização natural do mosteiro e a sua notável integração na paisagem que contribuem determinadamente para a valorização do imóvel.

Por outro lado, a estrutura arquitectónica conserva-se muito próxima do original, o que quando comparada com o estado de degradação das áreas envolventes de outros mosteiros cistercienses, este é um dos raros cuja estrutura arquitectónica apresenta maior integridade.

Para além do interesse arquitectónico geral do conjunto edificado – exemplo do equilíbrio e da sobriedade da arquitectura cisterciense – gostaríamos de destacar cinco componentes que investem este mosteiro de valor histórico-arquitectónico específico: a torre medieval, que, apesar de não possuir a totalidade dos pisos, conserva inalterável a sua estrutura; o claustro de elegantes colunatas que se mantiveram no tempo ao contrário de alguns compartimentos adjacentes a este; o pátio de entrada/portaria como que em torres avançadas, já a caminho da arquitectura solarenga; a planta elíptica da nave da igreja que é caso raro em Portugal, quer em edifícios de grandes dimensões quer em edifícios de pequenas dimensões; e a imponente abóbada de tijolo que cobre a nave da igreja (apesar dos sinais evidentes de destruição que o telhado apresenta e das infiltrações que tem vindo a sofrer, encontra-se ainda intacta).

É de se salientar ainda que o recheio do mosteiro era constituído pelo altar principal da igreja, outros altares colaterais, imagens, pinturas em madeira, alfaias

religiosas, mobiliário e livros mas que ao longo dos tempos foram vendidos em hasta pública, tal como o próprio mosteiro. De todo este espólio apenas de uma parte se conhece o paradeiro.

“Alguns altares e imagens encontram-se na posse de particulares, o altar principal da igreja, encontra-se na igreja Paroquial de Fragosela de Cima, dois dos altares colaterais foram instalados na igreja de Almas de Mangualde, o retábulo de um dos nichos da igreja está actualmente na capela de S. Domingos de Algeraz, em Mangualde.”

Por fim podemos afirmar que caso não se iniciem obras de recuperação do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão o mais provável é que se perca cada vez mais artefactos/memórias de um belo mosteiro que, actualmente, se encontra em rota de colisão com a ruína.

Estado de desagregação

Desagregação, esmagamento, fendilhação, anomalias por acção da água, anomalias por acção de agentes biológicos e degradação dos materiais constituem as principais anomalias que actualmente caracterizam o estado de degradação construtiva do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.

Desagregação

Esta anomalia, que resulta da progressão e do agravamento de fendilhação existente, é a característica mais generalizada que o mosteiro conhece. O desgaste da superfície das paredes constitui o menor dos problemas deste mosteiro. O mais lisino verifica-se nas paredes que foram construídas com pedras brandas e de má qualidade. Nestes casos, a poluição, a água proveniente das chuvas ou infiltrações de origens diversas, ou ainda a humidade do terreno que ascende por capilaridade contribuem para uma rápida desagregação das paredes. Como tal o piso térreo é aquele mais exposto e propenso ao agravamento destes fenómenos naturais.

Esmagamento

A aplicação de cargas concentradas em determinados pontos, sem as devidas preocupações, está na origem deste fenómeno. O excesso de carga de uma parede de alvenaria origina uma maior compressão nas paredes do piso térreo; este fenómeno está bem presente na parede exterior do alçado Sul; aqui, a degradação atingiu um nível



20 – Fachada nascente da igreja.



21 – Fachada sul dos compartimentos adjacentes do claustro.

elevado, levando assim o proprietário a intervir, segundo um processo mais económico e menos sensível às questões do valor patrimonial, para retardar o avanço da degradação.

Fendilhação

O principal factor para a ocorrência de fendas nas paredes resistentes deve-se aos diferentes assentamentos das fundações. Por outro lado, a existência de aberturas ou portas, as ligações ortogonais bem como a própria qualidade da pedra e do seu aparelho são outros factores que contribuem para a fendilhação.

Este fenómeno está presente em inúmeras paredes do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. A fendilhação em alguns rebocos (que se foram aguentando nas paredes), a fendilhação em algumas alvenarias fruto da fraca qualidade, bem como a fendilhação presente nas zonas mais críticas do edifício e nas aberturas e juntas de paredes ortogonais constituem alguns exemplos deste tipo de fenómeno.

Contudo, existem três casos perigosamente graves. O primeiro diz respeito à parede mais a Sul do mosteiro; aqui uma grande fenda vertical preenche quase toda a parede. O segundo é referente à parede mais a nascente da igreja que, tal como a parede anterior, possui também uma enorme fenda vertical. Já o terceiro diz respeito às sucessivas fendas que vão surgindo a uma velocidade assustadora entre a cúpula, que cobre a nave da igreja, e as respectivas paredes que a sustenta ameaçando assim o colapso a qualquer momento.

Destes três casos apenas o último tem a sua origem na degradação inevitável dos materiais bem como no enfraquecimento da sua resistência pelo passar do tempo. Por outro lado, os dois primeiros casos, na nossa opinião, têm a sua principal origem nos assentamentos diferenciais das fundações merecendo por isso, a par da cúpula da igreja, um especial reparo. É de se salientar ainda que a parede mais a Sul, além da enorme fenda atrás referida, caracteriza-se também pelo deslocamento horizontal das paredes interligadas, deslocando-se horizontalmente fruto de resultantes impulsos horizontais.

Anomalias por acção da água

As infiltrações de água, provocadas pelo contacto directo com paredes, ou, por outro lado, pela acção de capilaridade ascendendo, desde o solo até alguns metros de altura, são as principais razões para a existência de eflorescências, criptoflorescências, fendilhação e desagregação de rebocos existentes no Real Mosteiro de Santa Maria de



22 – Fachada sul dos compartimentos adjacentes do claustro.



23 – Aberturas da igreja.



24 – Abóbada da igreja.

Maceira Dão. Assim a decomposição de sais nas superfícies das paredes (eflorescências), ou entre a parede e o revestimento de reboco (criptofluorescências), com a formação de bolhas e empolamentos característicos, reflecte a degradação da própria alvenaria.

Em consequência desta degradação, as características mecânicas das alvenarias são geralmente modificadas, sendo principalmente afectadas as capacidades de resistência à compressão e ao corte, devido às suas sucessivas reduções das suas secções.

Anomalias por acção de agentes biológicos

A acção dos agentes biológicos é mais preocupante quando se verifica nos paramentos ou pavimentos de madeira. O apodrecimento das madeiras, devido a fungos de podridão ou a ataques de insectos afectam significativamente a sua resistência mecânica; não é de estranhar que o Real Mosteiro de Maceira Dão, implantado em pleno ambiente rural não fosse um alvo fácil por parte de térmitas e carunchos. O estado avançado de putrefacção das paredes de compartimentação (em tabique), das vigas que constituem as asnas dos telhados, dos tectos ora em abóbada ora de nível, bem como o soalho do piso superior, são o reflexo disso mesmo. No caso dos tectos de madeira e do soalho do piso superior a degradação já chegou ao ponto do colapso quase total. Em alguns casos apenas os buracos escavados nas paredes de alvenaria permitem decifrar e comprovar a existência de vigas de madeira e as consequentes armações de soalho e de tecto.

Degradação dos materiais

Todos os fenómenos anteriormente descritos estão na origem da degradação dos materiais. Contudo, no caso particular do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, a falta de manutenção é um dos principais factores que contribuem para o estado quase de ruína.

Assim, a degradação dos revestimentos e/ou dos acabamentos exteriores, a escorrência de águas, materiais destacados das paredes, fendilhação dispersa nos paramentos e degradação dos caixilhos dos vãos exteriores, dos soalhos e das asnas, com o apodrecimento da madeira constituem as principais situações que caracterizam o actual estado degradado do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.



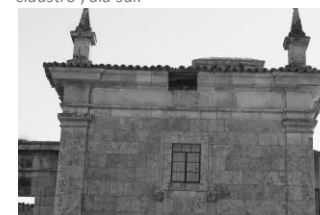
25 – Escada de acesso ao piso superior.



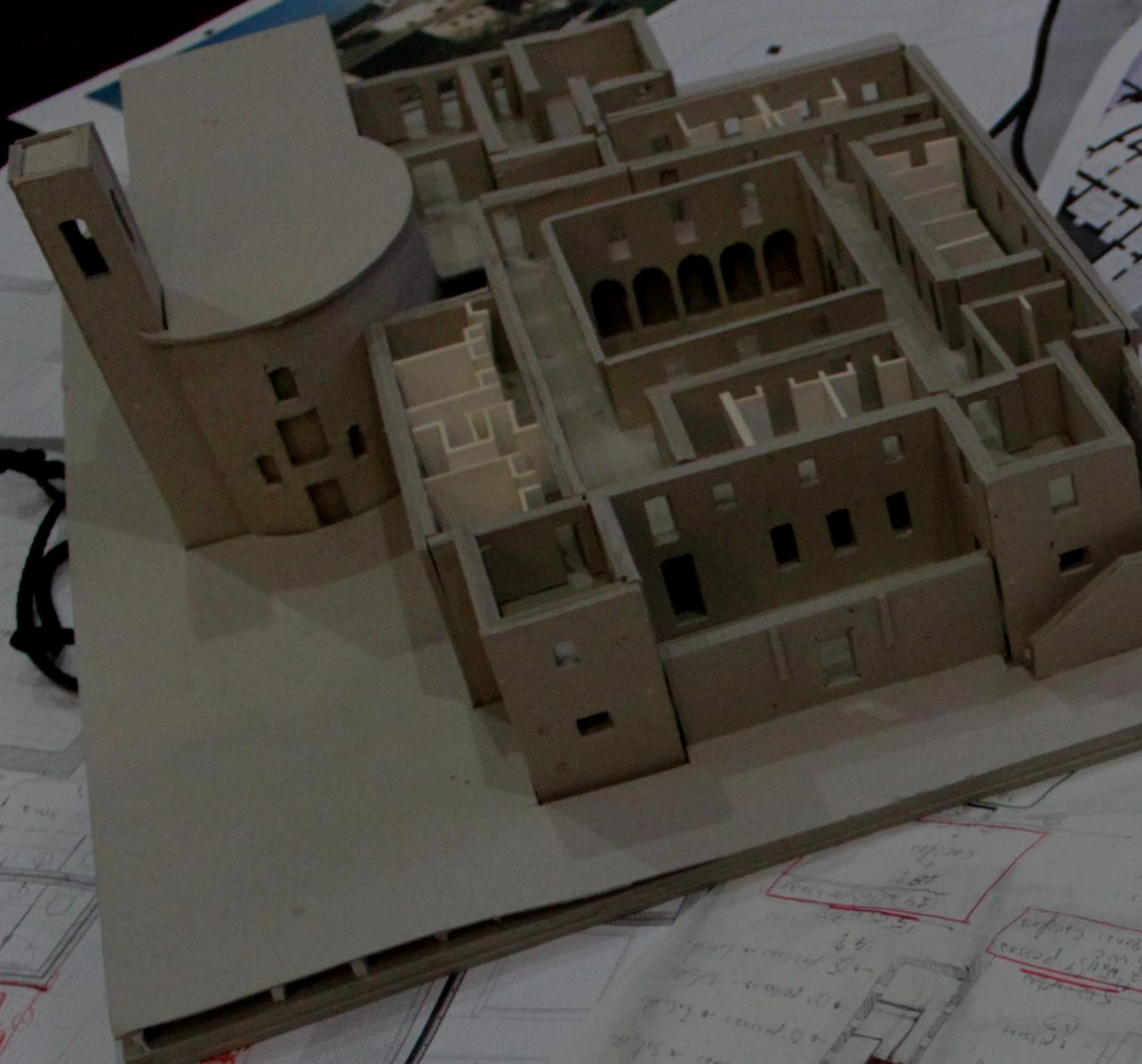
26 – Pátio exterior entre o claustro e a igreja.



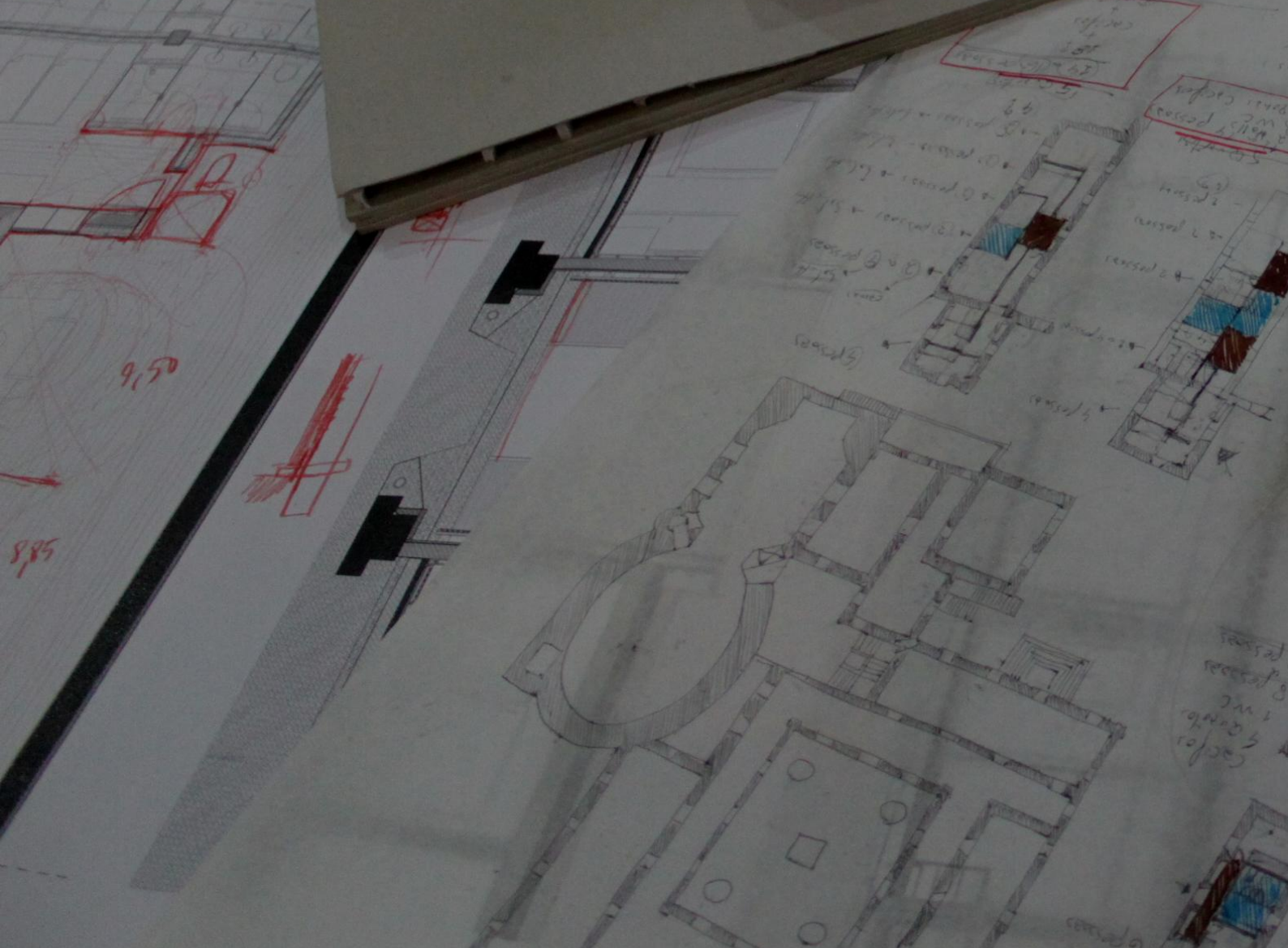
27 – Compartimentos adjacentes ao claustro, ala sul.



28 – Fachada poente.



uma planta no momento
em uma escala de 1:50



9,50

5,88

planta
1:50

planta
1:50

planta
1:50



Futuro

Quatro exemplos de conversão de mosteiros para pousadas

POUSADA DE SANTA MARINHA DA COSTA (GUIMARÃES)

Situada na encosta da Serra/Montanha da Penha, na periferia da cidade de Guimarães, a Pousada de Santa Marinha da Costa apresenta-se como um exemplo marcante na vastidão de projectos desenvolvidos no âmbito da reconversão de edifícios antigos e históricos, uma vez que este desafio ficou a cargo do Arquitecto Fernando Távora, que baseou todo o seu raciocínio no objectivo de requalificar, recuperar e adaptar o edifício às suas novas funções, tendo sempre em conta a evolução histórica do mesmo.

A origem do Convento de Santa Marinha da Costa remonta-nos ao século IX, com a construção de uma pequena Basílica na encosta da montanha, e às sucessivas ampliações, alterações e (re)construções que foram ocorrendo ao longo dos séculos seguintes. Atingiu o seu auge no final do século XVIII, contudo, a extinção das ordens religiosas ditou-lhe um novo rumo, e em 1834 passou a ser propriedade privada, acabando por sofrer várias adaptações e utilizações. Em 1951, para além de se evidenciarem marcas de abandono, o Convento foi assolado por um incêndio, e a partir desta data atravessa um período de rápida degradação, sem no entanto deixar de manter praticamente intacta a sua estrutura base.

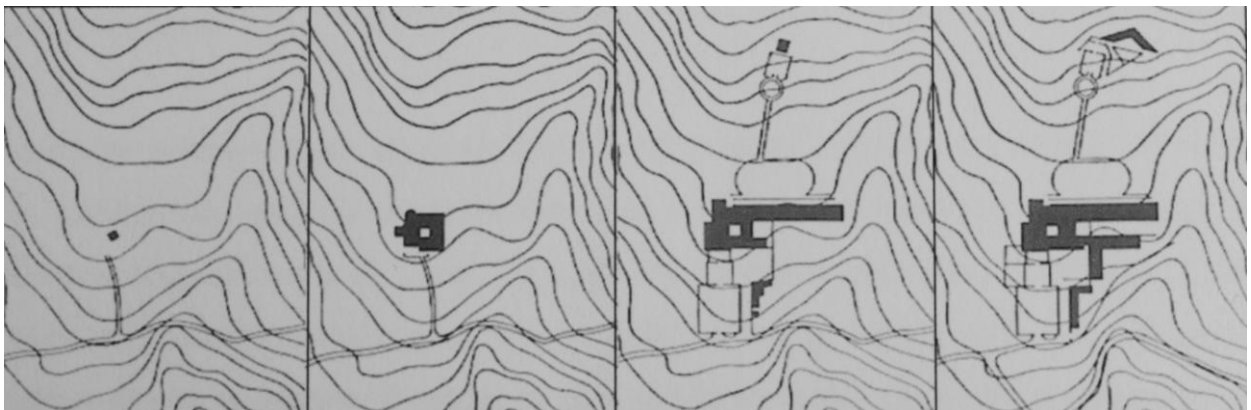
Em 1972 é adquirido pelo Estado, e no ano de 1975 tem início o projecto de adaptação e recuperação do mesmo para Pousada Nacional. Tendo como mote a expressão “continuar-inovando”, e a contínua procura de uma complementaridade entre o que é novo e o pré-existente, o Arquitecto Fernando Távora recuperou o antigo edifício à imagem do século XVIII, sendo notórios traços arquitectónicos de actualidade e contemporaneidade. Assim sendo, o Convento era constituído por uma Igreja, situada a Norte e num ponto mais elevado, juntamente com uma imponente escadaria de acesso que lhe conferia uma posição clara de destaque. Este primeiro plano contrastava com a fachada do corpo do Convento, situado a Sul, que era constituído pelo Claustro e duas alas de diferentes dimensões, constituídas por celas, e por um terceiro edifício, comum a ambas as alas, que as unia de forma perpendicular.

Aquando da data de aquisição do Convento pelo Estado, a ala das celas encontrava-se em avançado estado de degradação, causado pelo já referido incêndio, enquanto as restantes áreas interiores se apresentavam descaracterizadas, reflexo de inúmeras transformações ocorridas ainda em 1934. De referir apenas o topo da ala maior, constituído por a Varanda de São Jerónimo, coberta por um alpendre e com um chafariz ao centro.

Visando sempre a manutenção das sucessivas intervenções que marcaram a evolução do edifício ao longo dos anos, e uma vez que se impunha a necessidade de aumentar a sua capacidade de alojamento, reduzida a cerca de 30 quartos, Fernando Távora optou por ampliar a ala de menor dimensão, que se situava na região Poente. Para tal, e de modo a não alterar/interferir em demasia com o aspecto e a leitura geral do conjunto correspondente à ala das celas, propõe a construção de um novo volume, constituído por dois pisos, numa cota inferior à do piso de entrada do Convento. A própria forma em “L” deste novo corpo procura acentuar uma lógica de continuidade histórica e possibilitar que este seja compreendido e visto, não como algo estranho ao edifício pré-existente, mas como uma continuação do mesmo.

Esta organização e ideologia é visível em outros aspectos do edifício, sejam eles exteriores ou interiores, salientando-se por exemplo as caixilharias, as cores, as divisórias interiores, o telhado tradicional, as paredes rebocadas, e até mesmo o próprio mobiliário, sendo que no caso deste último, alguns objectos foram mesmo conservados e mantidos com o máximo de rigor. Já no que concerne às caixilharias e ao seu desenho, foi através do estudo e análise das técnicas tradicionais de construção usadas no convento que foi possível uma melhor recuperação, criação e inserção das mesmas.

Apesar do processo de adaptação a Pousada exigir alterações inevitáveis, é possível constatar que, para além de ter existido um certo cuidado a nível orçamental, houve também uma enorme simplicidade nas soluções que foram propostas e/ou adaptadas, e que os próprios espaços existentes facilitaram em certa parte o projecto de (re)adaptação. Isto é, a organização interior e espacial do edifício pré-existente era semelhante à dos Hoteis ou Pousadas de hoje em dia, uma vez que no primeiro piso do Convento se localizavam áreas como a recepção, salas de estar, salas de jantar e algumas áreas de serviço, enquanto que no piso superior era possível encontrar os quartos, juntamente com áreas comuns de estar. Desta forma, as divisões que constituíam as antigas celas foram transformadas, dando origem a 2 suites e 22 “novos” quartos, ficando apenas condicionadas no seu tamanho, uma vez que a estrutura existente era reduzida. No que toca ao novo volume construído, existem 31 quartos e

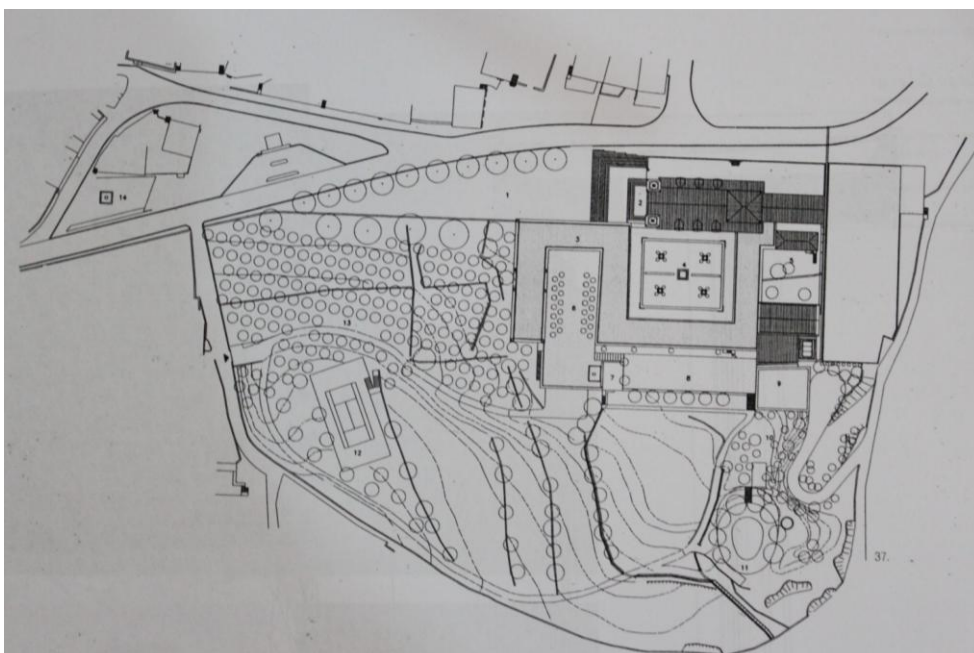
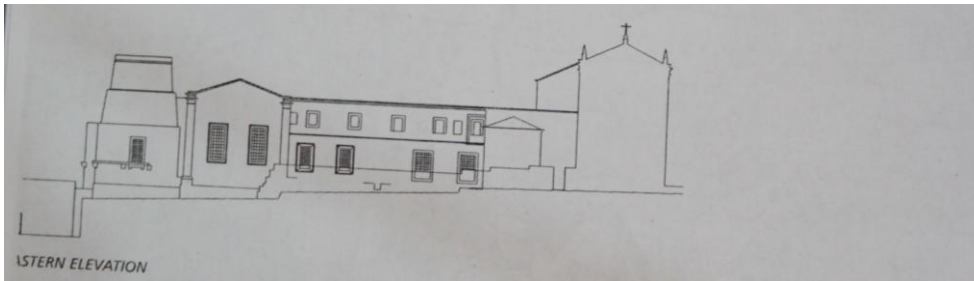
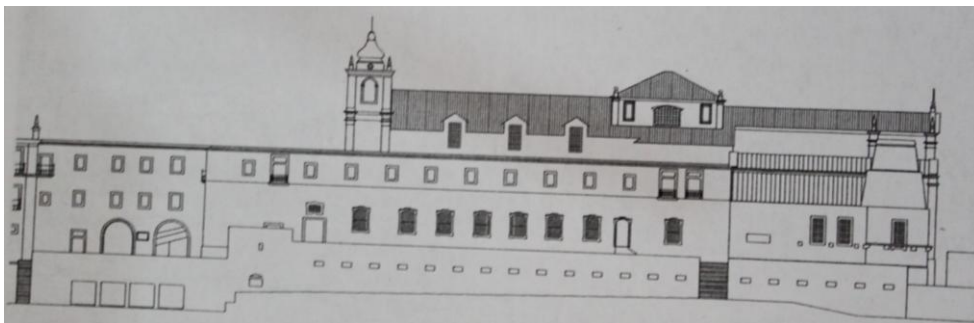
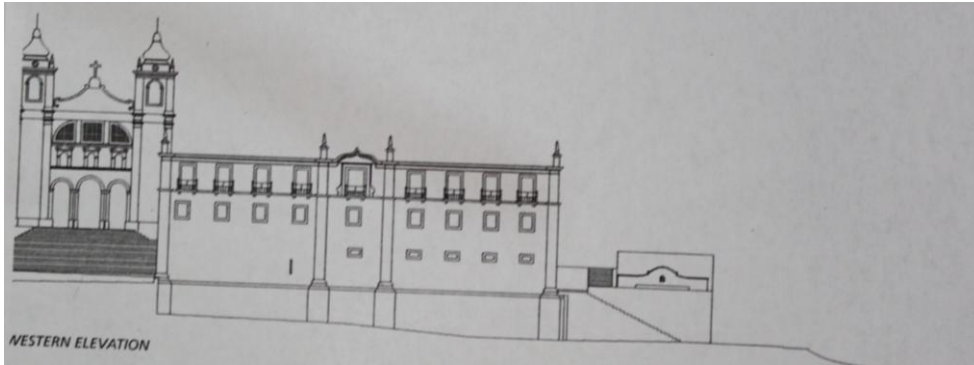
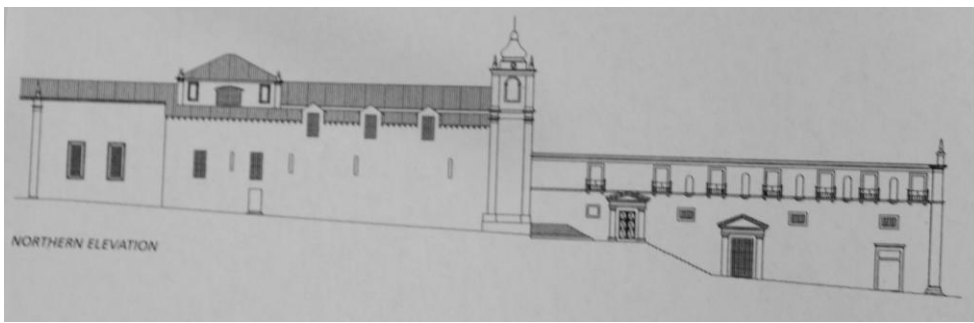


29 – Mosteiro Santa Marinha da Costa. Planta de evolução volumétrica. Planta de implantação. Vistas da junção da parte antiga com o volume novo.

uma nova área de serviços, situada por baixo do edifício central que liga as duas alas pré-existentes. É neste espaço que se situa a recepção, o bar, as salas de estar, bem como as diversas áreas administrativas da Pousada.

Quanto à restante organização espacial da Pousada, nomeadamente no que diz respeito às áreas relacionadas com a restauração e apoio à mesma, Fernando Távora teve a sua tarefa simplificada, uma vez que o espaço que antigamente funcionava como refeitório deu origem ao novo restaurante e a antiga cantina, localizada numa posição central da cave, transformou-se em cozinha. O acesso a esta é agora feito pelo exterior, de forma independente.

Relativamente aos acessos verticais, foi mantida a escadaria do antigo Convento, e foram criadas duas novas caixas de escadas para permitir o acesso aos hóspedes. Já na envolvente exterior, houve a preocupação de manter e recuperar o Jardim pré-existente, juntamente com a mata, e foi também construída uma nova garagem, com o intuito de melhorar e redefinir o acesso paralelo à escadaria.



30 – Mosteiro Santa Maria do Bouro. Planta de implantação. Alçados. Vistas da junção da parte antiga com o volume novo.

POUSADA DE SANTA MARIA DO BOURO (BRAGA)

O projecto de adaptação do Mosteiro de Santa Maria do Bouro a Pousada Nacional coube ao Arquitecto Eduardo Souto de Moura, e teve início em 1989. Após ter solicitado um estudo arqueológico do monumento, este permitiu revelar a existência de vestígios de diversas épocas, que se encontravam sobrepostos entre si. Desta forma, foi possível obter uma maior e melhor compreensão da história evolutiva do edifício.

Localizado em Amares, Braga, a construção do Mosteiro teve início no final do século XII, mas foi apenas em meados do século XVI que se realizaram diversas obras de remodelação e ampliação, que permitiram que este começasse a adquirir a sua forma definitiva. Estas continuaram ao longo dos séculos XVII e XVIII, ditando assim um longo período em que se verificaram constantes alterações. Contudo, em meados do século XIX, com a expulsão dos monges e a venda em leilão do Mosteiro, provocada pela extinção das Ordens Religiosas, foi-lhe ditado um novo rumo que o conduziu ao abandono e à ruína, deixando-o em muito mau estado de conservação. Apenas a Igreja escapou a este processo uma vez que foi tornada paroquial.

Confrontado com um edifício totalmente descaracterizado no que diz respeito ao estilo arquitectónico, Eduardo Souto Moura decide utilizar as próprias ruínas, único material disponível, para assim desenvolver e criar uma nova linguagem arquitectónica que servisse de base à construção da nova Pousada. “Não estou a restaurar um Mosteiro. Estou a construir uma pousada com as pedras de um Mosteiro.”²⁷ Deste modo, optou por não eleger uma época específica da construção do edifício, uma vez que também este processo se apresentou complexo, dada a sobreposição de diferentes estilos, possibilitando-lhe assim uma maior liberdade para exprimir a sua capacidade criativa e criadora.

Situada na região mais a Norte podemos encontrar a Igreja e a respectiva escadaria de acesso. Paralelamente à primeira encontramos o claustro, edifício monástico de dois pisos, que com a forma de “S” dá origem a dois pátios distintos: um situado a nascente, e fechado a Norte pelo edifício da Igreja, e um segundo a poente, aberto a Sul, designado por pátio das laranjeiras. No decorrer do projecto, o Arquitecto optou por manter o Claustro igual, alterando apenas a sua cobertura e as caixilharias, com o intuito de, em certa parte, o transformar num elemento de contemplação e admiração por parte de quem passa. E foi no Pátio das laranjeiras que decidiu deixar presente a sua

⁽²⁷⁾ Moura, Eduardo Souto de, “Reconversão do Mosteiro de Santa Maria do Bouro numa pousada” in AAVV, Santa Maria do Bouro – Construir uma Pousada com pedras de um Mosteiro, Lisboa, White & Blue, p.44.

“marca/assinatura”, através de uma pequena varanda que pretende simbolizar e resumir toda a ideologia que esteve na base da sua intervenção.

Na primeira fase da obra, que durou cerca de cinco anos, foram postas em prática diversas operações com vista a reforçar e consolidar as fundações e as estruturas existentes. Deste modo, foram realizadas algumas adaptações relativamente à organização do edifício, isto é, foi necessário alargar vários corredores, foram criadas novas paredes e janelas, vários arcos e portas foram mudados de sítio, e vários fragmentos de ruína adquiriram uma nova “vida”, após terem sido separados, demolidos e deslocados para novos locais do edifício, atribuindo-lhes um forte sentido de continuidade com o mesmo.

Também algumas das cotas das plantas de fundação do Mosteiro sofreram alterações e foram alteradas, e para salientar e reforçar tal facto, tornando-o mais perceptível a quem por lá passa, Eduardo Souto Moura decidiu utilizar mármore vermelho, em substituição do tradicional granito, para a concepção de alguns blocos de degraus que estabelecem a ligação entre cotas diferentes. Igualmente radical foi a opção tomada relativamente à cobertura do edifício, feita de forma plana e ajardinada, – cobertura terraço – substituindo o telhado original em telha de canudo.

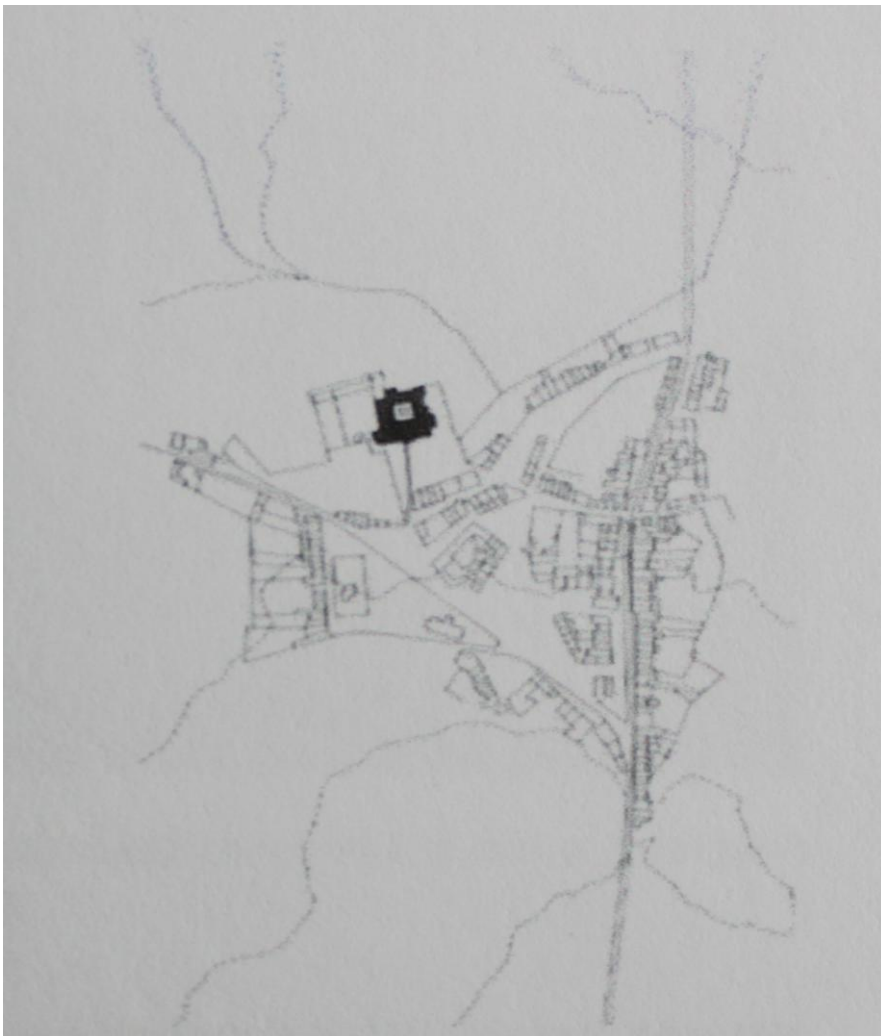
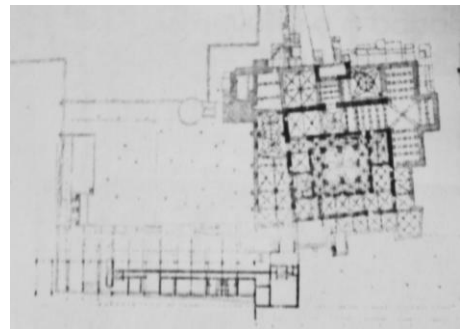
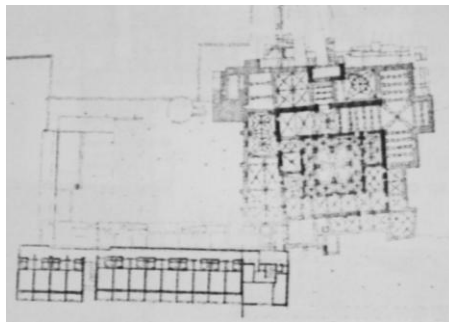
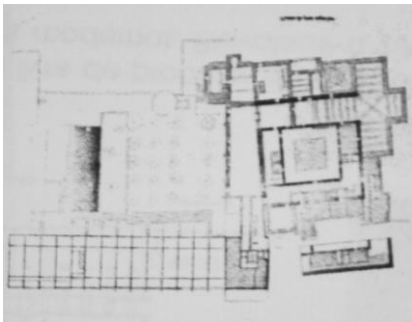
Tal como noutros projectos de adaptação de mosteiros a Pousadas, a tipologia deste edifício e os espaços pré-existentes vieram facilitar o mesmo, uma vez que a antiga cozinha manteve a sua função, o refeitório foi transformado num restaurante, a biblioteca passou a funcionar como um auditório, a farmácia deu origem ao bar, e as celas, situados no segundo piso, foram transformadas em quartos. No caso destes, foi necessário ajustar as suas dimensões, e o seu desenho foi totalmente modificado, passando a incluir no seu interior uma casa de banho com um pé direito inferior ao do quarto. Os novos pavimentos são iguais aos que existiam no edifício no século XVIII, formados apenas por uma tábuca de madeira comprida e larga, aplicada com junta directa, e os tectos constituem uma adaptação do arquitecto, que utilizou uma grelha de ferro em substituição dos tradicionais caixotões de madeira, procurando que esta se fosse ajustando aos diferentes espaços. Outro pormenor tido em conta foi as janelas e a caixilharia das mesmas. Vistas e pensadas como simples aberturas nos alçados, foi utilizado apenas um único vidro anti-reflexo em cada uma delas, complementado por uma caixilharia praticamente invisível feita em latão.

Uma vez que se impunha a existência de áreas de serviço, Eduardo Souto Moura propôs a construção de um novo volume em semi-cave, de modo a que este não interferisse com a imagem global do edifício. Por sua vez, no piso térreo, situa-se o

⁽²⁷⁾ Moura, Eduardo Souto de, “Reconversão do Mosteiro de Santa Maria do Bouro numa pousada” in AAVV, Santa Maria do Bouro – Construir uma Pousada com pedras de um Mosteiro, Lisboa, White & Blue, p.44.

auditório, uma sala de exposições e a entrada principal, que comunica com o pátio das laranjeiras.

No espaço exterior foi criado um amplo terraço que se relaciona com os espaços de estar da pousada, articulando não só com o pátio da entrada como com a piscina. Já no interior, a decoração pauta pela extrema simplicidade e minimalismo, contando com a presença de algumas peças de Siza Vieira, quer ao nível do mobiliário quer dos próprios quadros expostos.



31 – Mosteiro Santa Maria Flor da Rosa. Planta de implantação e de pisos. Vistas da junção da parte antiga com o volume novo.

MOSTEIRO DE SANTA MARIA FLOR DA ROSA (CRATO)

De origem Medieval, que nos remonta ao século XIII, o Mosteiro de Santa Maria Flor da Rosa resulta do acumular de sucessivas intervenções e alterações que foram acontecendo ao longo dos séculos XIV, XV e XVI. Na sua génese era apenas constituído por um pequeno Castelo e um pátio, que foram completados algum tempo mais tarde com a construção de uma Igreja em forma de cruz. Mais tarde foi construído o Claustro, que serviu de mote para o aparecimento de novos compartimentos e construções, situadas ao seu redor. Formou-se assim um conjunto de edifícios com características claramente diferentes, incluindo a presença de torres, frestas e matacões, que lhe davam um aspecto global misto e uma identidade múltipla de castelo, mosteiro e palácio.

Apesar de uma parte do Mosteiro ficar bastante danificada com o terramoto de 1755, foi apenas com a extinção das ordens religiosas em 1834 que o seu estado de conservação se tornou dramático, pautado por um elevado estado de abandono e rápida degradação, que conduziram inclusive à derrocada da cabeceira da Igreja e de outras partes do edifício no ano de 1897. Em 1910 é considerado Monumento Nacional, e nos anos 40, por intermédio da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), são iniciadas obras de restauro.

Em 1990, Luís Carrilho da Graça aceita o projecto de adaptação do Mosteiro a Pousada e toma a posição clara de permitir que a sua intervenção se torne facilmente identificável, optando por acentuar o seu distanciamento face ao monumento antigo. O novo corpo por si proposto, é visto como mais uma fase de construção e evolução do edifício, diferenciando-se claramente do pré-existente, quer no que toca à própria volumetria do conjunto, quer nos materiais e cores usados. É nele que se situa a maioria dos quartos bem como as zonas de serviço. No total dispõe de 24 quartos, 3 dos quais são de Luxo e se encontram localizados na torre do Mosteiro.

O novo corpo construído assume a forma de um longo e branco paralelepípedo que se estende na horizontal, e que contracena e se confronta com o crescimento fechado e enrolado do edifício antigo, feito em torno do Claustro e da Igreja. Por outro lado, Luís Carrilho da Graça decide acentuar o sentido de harmonia e interacção entre o que já existia e o que é novo, visível por exemplo na forma como desenha as caixilharias, ou no facto de organizar o espaço de modo a obrigar os visitantes e os hóspedes a percorrer e contemplar o monumento até alcançarem por fim a área destinada à pousada.



32 – Convento dos Loios. Planta de implantação. Vistas da junção da parte antiga com o volume novo.

CONVENTO DE LÓIOS (ARRAIOLOS) – Pousada de Nossa Senhora da Assunção

Ao contrário do caso anteriormente descrito, a edificação do Convento de Lóios teve início no século XVI, e por volta de 1575 é dada por concluída, com a construção do Claustro central. Mais uma vez, a extinção das Ordens Religiosas em 1834 ditou-lhe novo destino, e o Convento e as respectivas terras passaram a pertencer a Manuel Mexia Lobo Corte Real, que ao longo dos anos o foi transformando e adaptando a habitação particular, que por sua vez se foi conservando ao longo de várias gerações de descendentes, até que por fim foi adquirido pelo Estado.

Em 1993, e através do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), foi entregue o projecto de recuperação e adaptação a Pousada ao Arquitecto José Paulo dos Santos. A sua intervenção pode ser dividida em duas partes distintas: primeiramente, o restauro do edifício existente e dos 23 hectares de área situada no interior da cerca do Convento, e uma segunda fase correspondente à construção de um novo corpo.

Baseado na tentativa de dar continuidade ao edifício existente, e uma vez que se impunha a construção de um novo espaço, o Arquitecto propõe um novo corpo que fecha o pátio antigo, de modo a transmitir a sensação de que sempre existiu. Isto é, embora o novo volume se destaque da imagem da estrutura conventual, é notória a tentativa de integrar o que é novo no pré-existente, através de uma linguagem próxima da antiga, visível na continuidade ao nível das cores e materiais usados, bem como da própria volumetria do edifício. Simultaneamente, atribui ao novo volume uma linguagem contemporânea e própria, visível por exemplo no uso de cobertura plana, na forma “rasgada” que atribuiu às janelas e ao próprio desenho dos diferentes espaços.

A adaptação e reorganização dos espaços necessários à Pousada não constituíram grande dificuldade, uma vez que as zonas públicas foram organizadas à volta dos espaços exteriores existentes, como o Claustro e o pátio, e a zona dos corredores superiores do Claustro deu origem aos quartos.



Projecto de inserção do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão na rede de turismo de Mangualde

Limitado a Norte pelo concelho de Penalva do Castelo, a Oeste pelo concelho de Viseu, a Sul pelos concelhos de Nelas, Seia e Gouveia e a Este pelo concelho de Fornos de Algodres, Mangualde caracteriza-se a nível topográfico como um planalto que se inclina para Sul e para Oeste, cortado pelos vales encaixados dos rios Mondego e Dão, respectivamente.

Nas encostas destes vales encontram-se terras férteis de aluvião propícias à prática agrícola, como é o caso de Fornos de Maceira Dão, Espinho e Alcafache. Contudo, as inclinações dos vales com boa incidência solar e abrigados dos ventos, bem como a irrigação natural destas terras pelos rios Mondego e Dão não são os únicos factores que contribuem para a fertilidade dos terrenos; existem outras redes freáticas que merecem igual ou maior relevância pela proximidade com estas terras. Assim, os atravessamentos de uma série de ribeiras e riachos, ainda que de fraco caudal, sendo de destacar a ribeira de Frades, a ribeira do Castelo e a ribeira de Videira, na metade Oeste do concelho, contribuíram para a prática agrícola destas regiões.

Não é de estranhar, por isso, que no século XII se implantasse nestas terras isoladas um mosteiro cisterciense. Tal como em todos os mosteiros cistercienses, os monges brancos do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão sustentavam-se pela prática agrícola. Estes, detentores de conhecimentos de “engenharia” agrícola e hidráulica, tiraram partido das boas características destas terras. É disso exemplo a localização do mosteiro: terrenos férteis junto à ribeira dos frades e adossados a uma encosta do lado Norte, protegidos assim dos ventos.

Contudo, hoje em dia e tal como no século XII, este mosteiro permanece isolado dos focos populacionais. A inexistência de qualquer tipo de relação com o resto do município espelha e potencia o seu estado de degradação.

Actualmente o mosteiro pertence a um privado; todavia a sua reutilização não depende apenas e exclusivamente do seu proprietário; para que o actual mosteiro seja alvo de uma recuperação/reconversão/restauro seria necessário um propósito bastante consistente.

Após alguma especulação e reflexão sobre o que poderia ser o futuro do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, convergimos na ideia de que este deveria corresponder às características do Concelho de Mangualde, ou seja, deveria adaptar-se ao universo que o rodeia. Como tal, e sendo Mangualde um concelho rico quer em vestígios arqueológicos quer em recursos naturais de potencial turístico, orientámos o desenvolvimento da proposta e requalificação do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão assente num programa hoteleiro, de vertente pedagógica e cultural.

O município de Mangualde é dono de espólio arqueológico invejável, inserido já numa rede de turismo bem qualificada; são disso exemplo os diversos percursos rodoviários e pedestres que enfatizam os vestígios arqueológicos presentes em Mangualde:

Percursos rodoviários

1)“Romaria à Senhora de Cervães”; 2)“Do Neolítico ao cisterciense”; 3) “Caminho de Almeidinha rumo ao Bom sucesso”; 4) “O Caminho da Senhora dos Verdes”; 5)“Ao Encontro de Mangualde”

Percursos pedestres

6) “Trilhos de Ludares”; 7) “Rota das Águas Milenares”; 8)“Trilhos de Gil Vicente”; 9)“Rota da Senhora dos Verdes”; 10)“Caminhos do Bom Sucesso”

Nestes percursos destacam-se alguns dos vestígios mais importantes do Concelho de Mangualde como a Anta da Cunha Baixa, a Capela da Senhora de Cervães, o Castro do Bom Sucesso, a Citânia da Raposeira, a Ermida da Nossa Senhora do Castelo, a Fonte da Ricardina, o Palácio dos Condes da Anadia, a Igreja da Misericórdia de Mangualde, a Igreja Matriz de S. Julião e, evidentemente, o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.

Proposta urbana/territorial

Tendo-se procedido à recolha e análise da rede turística existente no Concelho de Mangualde, pretendemos re-inserir, nessa mesma rede, o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.

Dos percursos rodoviários e pedestres referidos anteriormente o que merece a nossa especial atenção é o percurso rodoviário “Do Neolítico ao Cisterciense”. Este percurso rodoviário parte do centro de Mangualde em direcção ao Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão; saindo do centro em direcção a Sul passando por Cubos chega-se ao primeiro ponto turístico do percurso: a neolítica Anta da Cunha Baixa (freguesia da Cunha Baixa); a partir daqui este percurso dirige-se para Oeste passando assim pelas freguesias de Espinho, Moimenta de Maceira Dão, Lobelhe do Mato até Alcafache (ponto mais a Este do percurso); depois de Alcafache o percurso segue para Norte em direcção a Fornos de Maceira Dão, chegando assim ao cisterciense Real Mosteiro de Santa Maria.

Contudo o Mosteiro de Maceira Dão, inclusive para muitas das pessoas do concelho de Mangualde, passa despercebido como comprova um questionário por nós elaborado. Será necessário muito mais que um simples percurso rodoviário para que o mosteiro seja observado como o Monumento Nacional de interesse público que é.

Deste modo será necessário criar algo que aproxime o público local e supralocal do Mosteiro; com esta proximidade o mosteiro poderá ganhar vida outra vez.

A nossa proposta de intervenção e dinamização territorial passa então por ligar o centro de Mangualde ao Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão através de um percurso qualificado, aprazível aos transeuntes, privilegiando o percurso pedonal assim como o percurso ciclovial. Paralelamente, este percurso possibilitaria um contacto directo com a natureza, e a criação de espaços de estar em pontos estratégicos ao longo da sua extensão permitiria um usufruto para diversos ritmos, idades e interesses. Foi este contacto directo com a natureza que tornou mais evidente qual poderia ser o tema deste percurso: “A ribeira dos frades”; nada mais pertinente do que fazer um percurso até ao Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão conduzidos pelo principal responsável da implantação deste mosteiro neste lugar.

Para além das características de unir dois pontos importantíssimos do concelho, o centro urbano de Mangualde e de requalificar o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão e a ribeira dos Frades, cujo leito em muitos dos seus troços não atingem

mais que 1,5 metros de largura devido à acção humana, este percurso tem também a particularidade de unir outros pontos turísticos que o percurso rodoviário “Do Neolítico ao Cisterciense” não possui, uma vez que este percurso circula pela zona mais a Norte do concelho.

Assim, ainda neste percurso será possível observar o Solar dos Rebелos Leitões, o Largo Dr. Couto, a Capela Nossa Senhora do Desterro, a Ermida da Nossa Senhora do Castelo, a Citânia de Raposeira, a Capela de Santo António e a Capela de Nossa Senhora da Cabeça.



33 – Capela Nossa Senhora do Desterro

Capela Nossa Senhora do Desterro – Adossada ao Solar dos Rebелos Leitões, também é conhecida por Capela dos Rebелos. Desta obra resultou um espaço de características barrocas, com planta longitudinal que articula os dois rectângulos correspondentes à nave e à capela-mor, devidamente separadas pelo arco triunfal; a ligação à antiga Casa dos Rebелos é feita a partir do coro que, do lado oposto, comunica com o varandim presente na única fachada lateral; sem utilidade de maior, conheceu uma progressiva ruína, até ao seu restauro nos anos setenta do século XX, abrindo de novo as suas portas em 1976.



34 – Ermida Nossa Senhora do Castelo.

Ermida Nossa Senhora do Castelo – O santuário de Nossa Senhora do Castelo resulta de várias campanhas de obras que, ao longo dos séculos, foram definindo o espaço circundante e o templo: em todo o caso, é comumente aceite que a primeira edificação tenha ocorrido no último quartel do século XIV; a fachada apresenta uma composição de grande interesse, dividida em três secções verticais entre as quais se destaca a central, por incluir o portal, a que se sobrepõe o janelão de iluminação do coro; num plano um pouco mais recuado, ergue-se a torre ameada, de grande dimensão; no interior, os altares são de talha neoclássica.



35 – Citânia de Raposeira.

Citânia de Raposeira - Aglomerado que seria parte de uma povoação romana, disposto longitudinalmente sobre um eixo Norte – Noroeste / Sul - Sudeste, com planta em forma de E deitado; unidade agrária que inclui uma área habitacional com o corpo principal a Sudoeste, de planta rectangular, com parede mestra ao meio e divisões para ambos os lados, pátios interiores, cozinha, latrina e uma rede de condutas para aproveitamento de água que se prolonga para Este; segue-se a zona dos banhos privados com três salas: hipocausto, caldário e tepidário, e novamente um recinto rectangular dividido em pequenos cubículos, que constituía o celeiro, a que se ligam vários anexos, prováveis arrecadações e dependências para pessoal e animais; os

pavimentos são de tijoleira reaproveitada e lascas de pedra; aquando das escavações, uma das paredes dos banhos ainda possuía pequenos desenhos geométricos de estuque.

Descrição do percurso

Partindo dos paços do concelho (a) e seguindo pelo Largo Dr. Couto (b) encontramos a Norte a rua do Matadouro Velho que nos levará à Avenida Nossa Senhora do Castelo (c); a meio desta avenida e do seu lado Norte é possível encontrar a Citânia de Raposeira (d); já no final da avenida subindo o monte da Senhora do Castelo localiza-se a Ermida da Senhora do Castelo (e).

No cruzamento da rua do Matadouro Velho com a Avenida Nossa Senhora do Castelo um grande terreno devoluto (f) onde será possível contactar com as águas correntes da Ribeira, poderá ser um grande pulmão verde com espaços de estar relacionados com as heranças arquitectónicas referidas anteriormente, enobrecendo e marcando o início do percurso ao longo da Ribeira dos Frades, que culminará no Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.

Seguindo pela Ribeira dos Frades, ou seja para Norte, chegamos ao ponto mais a Norte deste percurso (g); este ponto merece especial relevância devido à proximidade de uma via rodoviária estrutural do território português (A 25) podendo assim requalificar-se esta parcela do percurso como uma “porta de entrada” da cidade; neste ponto, e pela grande afluência rodoviária o estacionamento seria um factor preponderante na requalificação deste ponto do percurso.

Continuando para Oeste, caminhamos em direcção à primeira povoação: Roda. Contudo, a linha de água passa tangencialmente a esta povoação, cruzando-se sim com a principal via de acesso a Roda (h). Aqui, a criação de espaços de estar capazes de atrair a população de Roda seria o objectivo principal para que o percurso da Ribeira dos Frades adquirisse maior consistência e identidade local.

Voltando a seguir para Oeste e antes de chegar à povoação de Tabosa, destacamos mais um espaço que, tal como o anterior tem capacidade, pelas suas dimensões e pela sua caracterização, para se tornar um foco de atracção da povoação de Tabosa (i).

Contudo, a linha de água, ao contrário do que foi referido nos dois pontos anteriores, atravessa a povoação de Tabosa (j). Neste ponto surge um outro tipo de condicionantes; a abundância de terrenos livres que se verificara até então transformou-se aqui num espaço intersticial onde a principal preocupação será a fluidez de percurso. A proximidade das habitações ao percurso da Ribeira do Frades leva-nos a pensar na possibilidade de apenas manter a via pedestre assim como a ciclovia, segundo um ambiente mais rural e bucólico, e menos natural.

Depois de transpor Tabosa, a Ribeira do Frades não colidirá com mais nenhuma povoação, sendo assim o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão o próximo e último ponto de destaque. Desde Tabosa até ao mosteiro, a linha de água passa por grandes matas em perfeito estado natural, propício a espaços de estar recatados relacionados com a fauna aqui presente (k). É de se salientar ainda a beleza das paisagens e das encostas por vezes configuradas por socalcos que fazem deste lugar um dos mais belos, ao nível natural, do concelho de Mangualde. O mesmo se pode comprovar em (m) onde os moinhos do Dão merecem o mesmo destaque.

A última paragem deste percurso por nós proposto é então o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (l). O percurso proposto da Ribeira dos Frades só se justificará se ao actual mosteiro der lugar um mosteiro reabilitado/reconvertido; por sua vez, a reabilitação/reconversão do mosteiro terá maior sentido com a sua inserção numa lógica e dinâmica territorial e consequente conhecimento turístico por parte tanto da população de Mangualde como da população exterior ao concelho.

Projecto de reconversão do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em pousada – Programa

Actualmente verifica-se uma preocupação incidente sobre os edifícios patrimoniais, uma obrigação óbvia de voltar a dar vida aos monumentos que se foram degradando pelo desuso das suas funções primordiais.

Existe assim uma necessidade/possibilidade de dar um novo uso, uma nova função, sem que para isso sofram profundas alterações, podendo assim relembrar-se os valores estéticos e históricos do antigo, salvaguardando-se o património para futuras gerações.

Deste modo, no Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, onde outrora deambulavam monges cistercienses que tinham como acções meditar, viver da agricultura, dormir, comer, passear, usufruir dos espaços de estar, deverão desenrolar-se acções que se aproximem das acções primordiais para que com isto o mosteiro ganhe uma nova função, ganhe vida sem sofrer profundas alterações.

Relativa e recentemente, como referimos no capítulo anterior, diversos projectos de reabilitação sobre mosteiros passaram por uma reconversão em pousada; assim, este caso afigura-se-nos como uma hipótese de reutilização do Mosteiro de Maceira Dão, na proposta de intervenção arquitectónica da presente dissertação.

No que diz respeito ao Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, a adaptação do mosteiro a pousada, à escala do edifício, possibilita uma aproximação às suas acções primordiais; já à escala do concelho, além de igualmente se aproximar da esfera de influência que um mosteiro detinha através do seu couto, esta nova função pode enriquecer e conferir ainda mais consistência ao turismo de Mangualde, bem como, por se inserir numa rede existente, tirar partido das vias de divulgação já implementadas.

A pousada é assim a função que mais certeza confere para que o monumento possa ser lembrado, vivido e perdurar no tempo para futuras gerações. Contudo, existem diferentes tipos de pousadas que se diferenciam pela sua “nobreza” ou elitismo, isto é, pelo seu nível económico. Desde a pousada da juventude à pousada de Portugal podem existir diferentes níveis de modelos de pousadas. Assim, a pousada que se propõe para o monumento em questão encontra-se entre a pousada de elite, como é o caso das Pousadas de Portugal e a pousada mais comunitária, como as pousadas da rede das

Pousada da Juventude. A opção de excluir o modelo das Pousadas de Portugal deve-se à vontade de uma certa acessibilidade comum. Este facto permitirá inserir o mosteiro numa rede de turismo onde as vias pedonais e as ciclovias assumirão um papel primordial; daí esta pousada estar relacionada com o público mais jovem, mas acessível a todos. Por outro lado, a opção de pousada de juventude ficou afastada logo à partida pela importância do monumento histórico e pela sua consequente reabilitação que deveria espelhar a sua nobreza caracterizada por determinados níveis de conforto e exigência de equipamentos que não fazem parte do universo da pousada da juventude.

Logo para além dos espaços que acolhem as funções elementares de uma pousada como recepção, quartos, espaços de estar e espaços para alimentação, partiu-se do princípio de que se devia acrescentar volume ao mosteiro e por consequente o seu número de quartos (celas), espaços de chegada bem como estacionamento, piscina, campo de ténis e percursos pedonais dentro da cerca do mosteiro.

Projecto de reconversão do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em pousada – Proposta

Mosteiro

Segundo um projecto de inserção na rede de turismo de Mangualde, abordado no capítulo anterior, desenvolveu-se um projecto de reconversão do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em pousada que tem como modelo ou pano de fundo o turismo rural, ou na designação quer das Pousadas de Portugal, quer das Pousadas da Juventude, as Pousadas “Natureza”. Pretendeu-se assim desenvolver uma pousada que relembra os antigos costumes cistercienses no que diz respeito ao contacto natural com actividades agrícolas. Deste modo, o aspecto rural da envolvente próxima do mosteiro caracterizada pelas vinhas seculares existentes a nascente e poente, a reabilitação da ribeira dos frades e de toda a arborização que caracteriza todo o seu percurso hidrográfico, o redesenho dos socacos a Norte e nascente que caracterizam a implantação, bem como toda a arborização fazem a simbiose perfeita entre os costumes monásticos do antigo mosteiro e a caracterização de uma nova pousada relacionada com o turismo rural em plena natureza.

O acesso à pousada, tal como o ambiente dominante na envolvente próxima ao mosteiro, caracteriza-se pelo seu aspecto rural. Deste modo, o percurso que vem de Vila Garcia (povoação mais próxima) permaneceu em terra batido com alguns ajustes no seu desenho bem como no seu corte transversal, pois redesenharam-se as depressões que o ladeiam (as chamadas bermas). A antiga entrada na cerca do mosteiro, onde outrora passara apenas pessoas a pé ou então pessoas que transitavam com o intuito de comercializar produtos agrícolas, permaneceu com a sua função primordial apesar de se ajustar aos novos tempos. Esta entrada tem uma função secundária na medida em que por aqui passam apenas veículos que estão directamente relacionados com a administração da pousada bem como hóspedes que queiram caminhar nos terrenos exteriores à cerca. Assim a entrada principal, tendo como referência a antiga entrada na cerca, faz-se mais a Norte e está preparada para receber público que venha quer em veículo próprio quer em veículo colectivo. O inevitável estacionamento que poderia por em causa a caracterização da envolvente próxima à entrada no mosteiro encontra-se assim numa posição periférica, ocultado, devido à topografia, aos olhares dos hóspedes já instalados. O terreiro que conduz à entrada na pousada foi desenhado segundo o alinhamento da antiga igreja do mosteiro (agora recepção); daí a deslocação do cruzeiro para a zona de rótula entre o terreiro e o estacionamento marcando assim a

entrada/saída de um mosteiro agora convertido em pousada. A partir deste terreiro poder-se-á aceder a todas as zonas que envolvem a actual pousada mas é para a entrada da antiga Igreja, pontuada pelo brasão real, que o terreiro nos leva; chega-se assim à recepção. Ao longo do processo de trabalho, a recepção conheceu diferentes posicionamentos, nomeadamente a zona da portaria; contudo nos tempos activos do mosteiro, a entrada dos fiéis ou visitantes “comuns” era a igreja uma vez que os compartimentos adjacentes ao claustro seriam de acesso restrito a monges cistercienses ou a outros “irmãos”, bem como a peregrinos; daí a pertinência em estabelecer o acesso principal ao mosteiro pela igreja, para além dos circuitos optimizados na organização programática.

Devido ao seu carácter singular, a recepção encontra-se assim no espaço formalmente mais heterogéneo e notável de todo o conjunto. A forma elíptica com cobertura em cúpula e com entradas de luz grandiosas, onde outrora acolhiam estátuas de santos, fazem deste espaço uma montra que simboliza na sua plenitude a nobreza deste monumento histórico. Aqui, pretende-se a estereotomia do pavimento, em lajetas de granito, bem como o balcão, em perfeita harmonia com a geometria do espaço. É de salientar ainda que a zona onde outrora se encontrava a capela-mor serve agora de espaço expositivo dos antigos vestígios, objectos arqueológicos que pertenceram ao antigo mosteiro. Por outro lado, a reconversão da antiga igreja barroca em recepção da pousada encerra uma intenção articuladora basilar uma vez que esta se encontra na rótula entre o mosteiro propriamente dito e o volume novo, que acrescenta mais quartos ao conjunto, a que desde logo nos propusemos, como dito.

Prosseguindo para a zona do antigo mosteiro, onde se localizava já a escada de acesso ao piso superior, o projecto propõe um espaço que estrutura diversas distribuições, uma vez que é a partir daqui que podemos aceder às zonas administrativas da pousada, aos compartimentos que envolvem o mosteiro ao longo do rés-do-chão bem como ao piso dos quartos (antigas celas); esta comunicação vertical far-se-á quer segundo um elevador, embutido em parte num pátio exterior intersticial e existente (que “resolve” a geometria elíptica da nave da igreja) ou através de uma escada de madeira que se interliga à antiga escada do mosteiro para resolver funções de distribuição bem como funções inerentes ao conforto. Esta duplicação do primeiro lanço de escadas justifica-se pelo simples facto do utente conseguir assim chegar aos quartos sem que com isso tenha que aceder ao claustro e por consequente ao exterior.

A zona de administração a nascente atrás referida anteriormente (do ponto de vista térmico) engloba três espaços diferentes: o espaço maior destina-se a arrumos relacionados com actividades exteriores como a agricultura, o espaço mais a nascente destina-se a arrumo da administração; já o terceiro espaço funciona como lavandaria.

Por outro lado, os compartimentos adjacentes ao claustro constituem na sua totalidade espaços comuns. Devido à implantação do mosteiro numa zona acidentada do lado Norte, os compartimentos desse mesmo lado são propícios a nele se desenrolarem actividades relacionadas com o interior ou então a desenvolverem-se espaços menos nobres como quarto de banho e dispensas; assim estes compartimentos a Norte, que outrora serviam de adega, darão lugar a uma sala de jogos, a dois quartos de banho (uma das quais adaptada a pessoas com mobilidade reduzida) e uma dispensa que serve de apoio ao restaurante.

Os compartimentos mais a poente, que outrora serviram como portaria e cozinha, deram lugar a uma zona de estar/café (antiga cozinha) e uma esplanada (antiga portaria). Esta zona de estar/café encontra-se ligada a Sul por uma zona de balcão apoiada por uma copa. Esta zona de balcão, isto é, o serviço de bar, tem a particularidade de poder ser explorada por alguém alheio à administração da pousada, numa concessão e gestão “condominial”, uma vez que esta possui uma autonomia funcional dada por uma porta de correr que a divide com a zona de estar/café podendo assim ser fechada ou permanecer aberta conforme a gestão deste espaço. Este núcleo Sudoeste apoiará igualmente os compartimentos a Sul, onde propomos um restaurante, organizado nos diversos espaços, propiciando diferentes formas de estar. O compartimento mais a poente deste conjunto caracteriza-se por ser mais nobre, próximo da pousada de Portugal, ao contrário dos restantes, a nascente, mais de comunidade, fazendo lembrar uma organização monástica e que se aproximam mais do espírito de uma da pousada da juventude.

Neste piso resta apenas referir o compartimento mais a nascente do claustro; outrora sala do capítulo (época medieval) e sacristia (época moderna), este compartimento serve agora um espaço de estar mais recatado, em harmonia com o seu carácter mais nobre.

O acesso ao piso superior faz-se pela escadaria em granito, que remonta ao tempo dos monges, apesar desta necessitar claramente de uma reabilitação clara. Se nos encontrarmos na galeria do claustro, exposto à temperatura ambiente, encontramos

após o primeiro lanço de escadas uma porta que efectua o controlo térmico do piso superior, em que se incluem os espaços de distribuição.

No cimo das escadas do mosteiro encontra-se um espaço de distribuição. Aqui é possível aceder aos compartimentos comuns, a nascente, ou às quatro galerias de acesso aos quartos, a poente. Estes compartimentos comuns desempenham o papel de sala de estar e de cozinha (o equivalente à cozinha do alberguista das pousadas da juventude e encontram-se separados por um corredor que nos conduz a uma varanda (depois de passar uma zona de pé direito duplo sobre um acesso secundário ao mosteiro) voltada a nascente e onde outrora os monges, logo que acordavam, vinham apanhar sol.

Por outro lado, e coerentemente com o uso monástico, os compartimentos adjacentes ao claustro, no piso superior, servem exclusivamente de quartos; contudo, as galerias que seguem para Oeste e para Sul terminam na fachada exterior do edifício possibilitando assim a criação de pequenos espaços de estar/contemplação sobre a extensa paisagem. No que diz respeito aos quartos propriamente ditos, estes estruturam-se em unidades com diferentes graus de privacidade/comunidade. A concepção defendida anteriormente de que esta pousada é um modelo intermédio entre a pousada de Portugal e a pousada da juventude tem aqui a sua melhor expressão.

Existem assim quatro unidades de habitação que coincidentemente correspondem aos quatro pontos cardeais (coincidente ou coerentemente com a ideologia monástica).

A unidade a nascente caracteriza-se pela aproximação ao modelo de conforto de uma pousada de Portugal. Aqui encontram-se dois quartos duplos com quartos de banho individuais.

No quadrante Sul, encontra-se uma unidade em que o modelo que se aproxima mais da pousada da juventude. Aqui partiu-se do princípio que a presença de quatro janelas daria um máximo de quatro quartos. Contudo, seria necessário instalar um quarto de banho comum; foi este sentido de comunidade que deu origem ao desenho do compartimento segundo uma bateria de quartos com dimensões mínimas afastados da fachada permitindo assim que quatro quartos usufríssem de apenas três janelas (uma vez que a quarta janela serviu o quarto de banho comum).

Restam assim as unidades a poente e a Norte; estas encontram-se num nível intermédio no que concerne ao modelo de pousada. Aqui utilizamos o mesmo processo de minimizar as áreas segundo o número máximo de quartos decorrente do número de janelas. Mais uma vez, cada janela deu origem a um quarto; todavia, e por estas unidades se encontrarem num modelo intermédio das anteriores, foi instalado um quarto de banho comum a cada dois quartos, com a excepção do quarto que se encontra na rótula entre a unidade Sul e a poente por ser adaptado a pessoas com mobilidade reduzida. Assim, o sentido de comunidade também aqui está bastante presente, não só pela partilha do quarto de banho, mas também pelo corredor que liga os quartos ao quarto de banho, onde se encontra um conjunto de moveis/cacifos. Este título de semi-privado justifica-se, uma vez que cada unidade referida anteriormente tem a sua privacidade; contudo, dentro de cada uma existe um espírito de comunidade uma vez que um conjunto de dois quartos pode conter quer quatro pessoas familiares quer quatro pessoas que não se conhecem, quer dois grupos de duas pessoas, pelo desdobrar de algumas das unidades nas sub-unidades que as compõem, simplesmente através da porta assim intencionalmente colocada. (colocar esquemas das plantas a explicar)

Depois do piso de entrada e do piso superior resta referir o piso inferior onde se encontram as zonas técnicas do mosteiro. A sua localização bem como o seu único acesso através do exterior fazem destes compartimentos zonas completamente isoladas dos demais espaços onde deambularão os utentes da pousada. São por isso compartimentos privilegiados para funções técnicas ou de apoio a actividades no exterior/quinta.

O Volume Novo

O acesso à volumetria adicionada ao conjunto monástico faz-se pelo lado Norte da recepção. Daqui sai uma manga, enterrada na parte poente devido a uma rampa que vem desde o terreiro da entrada principal, detendo assim frente exclusivamente no lado nascente; daqui poderemos aceder ao exterior e por conseqüente à zona da vinha, do pomar, das piscinas e do campo de ténis através de mais um terreiro que serve como base aos sucessivos socalcos que se desenrolam para Norte. Percorrendo essa manga chegamos a um espaço comum que se encontra em sintonia com a sua função principal: servir de rótula de distribuição entre o piso do rés-do-chão e o piso superior. Esta rótula

caracteriza-se pela relação conferida pelo duplo pé direito que assim interliga os espaços de distribuição/estar dos dois pisos.

Daqui é possível aceder ao corredor do piso do rés-do-chão que une os vários quartos; o conjunto, apesar de se desenvolver em bateria, propõe a cada dois quartos uma organização em torno de um pátio, evocando assim as celas dos monges que se desenrolavam em torno do claustro. Ao longo do corredor vão surgindo vários espaços de estar que contemplam a paisagem a Sul, através dos referidos pátios. Além desta função de carácter comunitário, fazendo lembrar os pequenos espaços de estar que têm origem na intercepção das galerias do claustro de acesso aos quartos do piso superior do mosteiro com as fachadas exteriores, estas zonas de pé direito mais baixo pretendem também a iluminação natural do corredor. As janelas das galerias do piso superior do mosteiro que contemplavam o claustro são aqui interpretadas segundo um pátio onde se pretendeu dar dimensões proporcionais às do claustro.

Por outro lado os quartos possuem um outro tipo de privacidade. Estes, além das suas proporções serem mais avantajadas possuem um quarto de banho própria, uma zona de estar/contemplar e uma zona de trabalho. É de se salientar ainda que os pátios exteriores referidos anteriormente podem também ser acedidos pelo interior dos quartos existindo assim uma clara valorização destas unidades em comparação com as unidades do antigo mosteiro.

Ainda, uma vez que cada espaço de estar/pátio exterior agregam dois quartos, e as suas entradas, reforça-se assim o carácter pretendido de comunidade, ainda que estes (quartos) apresentem níveis de conforto mais próximos do modelo das Pousadas de Portugal, ainda que também do modelo mais recente das Pousadas da Juventude.

É este sentido de comunidade suscitado por estes diferentes espaços referidos anteriormente (zonas de estar e pátios) e os quartos com um nível de privacidade único em toda a pousada que fazem deste conjunto um modelo intermédio entre pousada da juventude e pousada de Portugal.

Ainda neste piso, é de referir que a galeria que une os vários quartos termina numa zona comum orientada para a zona da piscina; ainda nesta zona comum propõe-se uma pequena instalação sanitária com chuveiros, assim como um bar de apoio à zona comum e à zona da piscina. Esta sala de estar encontra-se em maior relação com a piscina infantil por razões de conforto/segurança (os pais poderão estar descansados nesta sala uma vez que controlam perfeitamente as suas crianças).

Por último, o piso superior do volume novo possui a mesma estrutura compositiva do piso do rés-do-chão. Contudo, é de se salientar em termos de implantação global, ainda a pequena torção segundo um movimento natural entre o mosteiro e a encosta de socalcos. Esta torção cria uma dinâmica especial em relação à geometria do mosteiro, e tem início nos primeiros metros do terreiro que antecede a entrada. É este ciclo harmonioso que faz com que o volume novo, correspondendo a um acréscimo dos quartos, se dilua no conjunto monástico quase como se sempre tivesse feito parte dele.

O quarto do volume novo

O conjunto de dois quartos em espelho a rodear um pátio exterior, já referido anteriormente, bem como um espaço interior comum aos dois, constitui uma célula das várias que compõem o corpo do volume novo. A materialização e volumetria destes espaços foram alvo de um desenho minucioso, caracterizado e diferenciado por diferentes alturas, diferentes pavimentos assim como diferentes materiais. A galeria que une as diferentes células possui um pé direito mais alto do que os espaços comuns que vão surgindo entre cada grupo de dois quartos. Esta diferença de altura define melhor a zona de estar que requer repouso (daí o pé direito mais baixo) da zona de circulação da galeria. Todavia esta diferença de altura tem também uma razão infra-estrutural uma vez que é sobre estas zonas de estar (bem como quartos de banho dos quartos) que circulam as infra-estruturas do volume novo, criando-se assim uma testa entre as zonas de estar e a galeria onde se poderia aceder para eventuais reparações/manutenções. O espaço comum, para além do sentido de comunidade que confere ao volume, permite uma iluminação natural da galeria através de uma abertura sobre o pátio exterior da qual se pode aceder por uma porta de pivô (charneira a 1/3 do vão, permitindo aceder ao exterior como servir também de ventilação natural e saída de emergência).

O acesso ao quarto é feito por uma zona recuada da galeria que não perturba a zona de estar; assim, acedemos ao quarto num sentido longitudinal percebendo desde logo a sua profundidade sem que com isto se perca a privacidade que se pretendeu conferir à zona das camas. Chegamos assim ao átrio de entrada que serve também como zona de vestir, pela presença do roupeiro, e como zona de acesso ao quarto de banho. O quarto de banho caracteriza-se pela sua disposição pouco convencional uma vez que se abre para a zona do quarto, ainda assim em vidro translúcido. Todavia não se deixou de parte a sua funcionalidade devido quer à separação das funções que

caracterizam o lavatório, o chuveiro e a retrete, quer às suas dimensões preparadas para receber pessoas com dificuldades locomotoras. O quarto de banho bem como o átrio de entrada possuem o mesmo pé direito que a zona comum exterior do quarto existindo assim uma clara distinção entre estas zonas e o espaço mais nobre: a zona de dormir/estar; aqui, encontram-se duas camas individuais, que podem ficar juntas ou separadas conforme a privacidade pretendida pelos hóspedes, uma zona de trabalho e uma zona de estar/contemplar direccionada para a abertura que dobra o ângulo e podendo assim controlar-se a luz, ora vinda do pátio ora vinda da fachada voltada a Sul. Os materiais aplicados exploram a pretendida e exposta coerência espacial que distingue as diferentes zonas. Assim, a parede exterior que separa o quarto do pátio possui uma caracterização que a distingue das paredes de perpianho que vão moldando os socacos da encosta a Norte. Deste modo o carácter natural das paredes em perpianho do plano Sul dos quartos, contrasta com as paredes que delimitam o pátio da célula evidenciando assim a existência de um universo diferente de qualquer outro que o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão conheceu. O material utilizado nestas paredes será a madeira mineralizada (“VIROC”), em placas aplicadas sobre um fasquiado que as suportam. Este material caracteriza assim tanto o espaço que envolve o pátio como também o espaço comum e a zona de acesso ao quarto obtendo-se assim uma imagem uniforme entre interior e exterior, aproximando quarto e pátio (em sequência, parede interior-exterior roupeiro que separa o exterior do interior do quarto, (porta de acesso ao quarto que se encontra faceada com o lado exterior do quarto) até à aresta que delimita a zona de galeria com o espaço comum de pé direito mais baixo; contorna também o vão de acesso aos quartos delimitando a zona do átrio, roupeiro incluído, seguindo pela zona de dormir contornando por fim o vão para o pátio, fechando a sequência). As restantes paredes do quarto e corredor possuem um revestimento em reboco que contrasta com o referido anteriormente.

As coberturas

O mosteiro possui cobertura de duas águas em toda a sua implantação com a excepção da nave da igreja, de forma elíptica, e a torre medieval, que apenas possui uma água com inclinação para Sul; os fogos a poente terminam com a intersecção de uma terceira água.

Ainda hoje todas estas coberturas caracterizam a imagem global do Real Mosteiro de Maceira Dão; daí a opção de continuidade no que diz respeito à cobertura em telha. Contudo, encontram-se em estado avançado de degradação existindo assim um

processo de reparação estrutural, que passaria também por um processo de melhoramento das mesmas no que diz respeito ao conforto térmico e acústico.

Assim, além da recuperação/reparação das vigas de madeira, barrotes e contra-frechais preconizam-se dois sistemas de isolamento: um ao nível do telhado propriamente dito e outro entre os compartimentos e a cobertura. No telhado propõe-se um isolamento de aglomerado negro de cortiça (permeável ao vapor de água) de 4 cm sobre os barrotes, uma membrana semi-impermeável, sobre o próprio isolamento e por ultimo, antes das ripas que sustentam as telhas aplicar-se-á uma chapa ondulada que permite criar uma caixa-de-ar acima do isolamento térmico, para além de acautelar a entrada de água com o vento. No que se refere ao isolamento térmico e acústico entre os compartimentos e ao sistema de cobertura atrás referido, estes serão garantidos pela aplicação de isolamento de lã de rocha entre a laje e o novo pavimento de madeira da zona do telhado garantindo assim a circulação de serviço nesse espaço.

Por outro lado, as coberturas dos volumes novos propõem-se ajardinadas. Assim, prevê-se uma laje de dimensões consideráveis para suportar o peso da terra; sobre esta aplica-se um isolamento térmico de placas de poliestireno extrudido de 4 cm, uma tela anti-punçãoamento, uma camada de forma de 8 cm, que fará a inclinação de 1 % para o escoamento das águas, uma membrana de PVC, uma camada de godó que permitirá a drenagem da água, um geotêxtil com membrana drenante (permite a passagem da água mas não da terra), uma camada de areia grossa (impedindo o geotêxtil de ficar saturado de partículas de terra) e finalmente uma camada de terra vegetal que deve conter argila expandida para aliviar a sobrecarga da terra, auxiliando o arejamento das raízes e a condução da água até à zona de drenagem.

Os pavimentos

O pavimento do piso superior do mosteiro está completamente destruído; daí o desenho de um novo pavimento que não colocasse de parte o desenho do antigo soalho e tecto em madeira ser a solução desejada para a sua reabilitação. Propõem-se assim substituir os paus rolados que se apoiavam nas paredes por uma laje mista de betão armado e estrutura metálica. Esta solução deve-se ao simples facto de reduzir as cargas verticais sobre a estrutura existente (com uma espessura de apenas 10 cm). A laje seria betonada “in situ” sobre uma cofragem em chapa de aço corten de 5 ml, sustentada por uma estrutura em grelha de perfis HEB 100, também de aço corten, que criam um desenho harmonioso entre tecto e parede visto que ficam à vista. Sobre esta laje seria

aplicada uma regularização e um isolamento em lã de rocha antes dos barrotes que suportam o pavimento em régua de madeira. É evidente que esta solução toma por exemplo a equivalente, para o mesmo problema, do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, do arquitecto Souto Moura.

No piso do rés-do-chão do mosteiro, e por ser caracterizado por um conjunto de espaços comuns, propomos um pavimento em lajetas de granito aproveitadas/recuperadas do antigo mosteiro. Uma vez que seria conveniente levantar as pedras de granito, que ainda perduram no chão para a rectificação num plano uniforme, realizar-se-ia também um melhoramento das diversas camadas que constituíam o ensoleiramento do piso do rés-do-chão. Assim, logo a seguir à terra compactada aplicar-se-ia uma camada de brita (20 cm), uma tela de polipropileno que evita a entrada de humidade e gases, uma camada de betão leve e por fim uma camada de areia para assentamento das lajetas de granito.



Frise cronológico do Real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão



Fachada principal do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão



Fachada nascente do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão



Torre Medieval



Implantação junto à Ribeira do Frades

Existem registos que atribuem a fundação do mosteiro ao mouro Albarach (convertido ao cristianismo) anão Alcaide de Leiria. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Pag.21)

Já existia o primeiro mosteiro fundado por D. Soeiro Todoniz, em Moimenta do Dão (obedecendo a Regra de S. Bento) (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

"Sujeitaram o seu Convento à filiação e obediência dos abades que ao diante fossem de Alcobaça" (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Monge Sueiro Teodoniz funda um pequeno Mosteiro na Igreja de Santa Maria de Moimenta, que era herdade sua. (Silva, Valenim da - Concelho de Mangualde: Anão concelho de Azurara da Beira, 2008)

"pelo preço de 80 morabiões e em remissão dos seus pecados o Bispo de Viseu D. Osório entregou a D. Soeiro a igreja de Moimenta livre de todos os tributos ou direitos, dízimos, de lutas e de oblatas." (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Mudança dos Religiosos para Maceira. (Silva, Valenim da - Concelho de Mangualde: Anão concelho de Azurara da Beira, 2008)

D. Afonso Henriques passou a carta de couto de Maceira Dão ao Abade Soeiro. (Silva, Valenim da - Concelho de Mangualde: Anão concelho de Azurara da Beira, 2008)

Provável data da troca da regra de S. Bento pela de S. Bernardo, colocando-se sob a protecção dos abades de Alcobaça. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

1204 - Mosteiro concede foral aos habitantes de Figueiredo de Cea. (Silva, Valenim da - Concelho de Mangualde: Anão concelho de Azurara da Beira, 2008)

É certo que o mosteiro era cisterciense. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

D. Osenda Pais faz testemunho a favor do Mosteiro. (Silva, Valenim da - Concelho de Mangualde: Anão concelho de Azurara da Beira, 2008)

Escrita por João Francês uma sentença para que o Convento de Maceira pague, ao Bispo, um foro anual de 20 soldos pela adegas e quelha de certas casas. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Mosteiro de Maceira Dão possui cerca de 1600 bens, representados por casas, herdades, vinhas, lameiros, moinhos, prados, hortas, pomares, souts, adegas, lagares de vinho e azeite, olivais, entre outros... (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

1139

1154

1157

meados de
1160

1162

1168

1173

1188

1204

1212

1213

1362

1445

Século XII

Século XIII

Século XIV

Século XV

Friso cronológico de Portugal

Século XII

- 1102 O seguidores de Cid deixam Valência e os muçulmanos ocupam a península até Saragoça.
- 1118 Afonso I de Aragão conquista Saragoça.
- 1135 Afonso VII de Leão restaura o prestígio da monarquia leonesa e é proclamado imperador.
- 1147 Conquista de Lisboa por D.Afonso Henriques aos mouros com a ajuda dos Cruzados.
- 1151 Os Almôadas, outra dinastia africana, depuseram os Almorávidas e retomaram Almária.
- 1162 Afonso II, filho de Petronila e Ramón Berenguer IV unificam o reino de Aragão e o condado de Barcelona.



D. Afonso Henriques

- 1195 Os Almôadas derrotam os castelhanos na Batalha de Alarcos.



Jaime I de Aragão

Século XIII

- 1212 Afonso VIII de Castela, Sancho VII de Navarra, Pedro II de Aragão e Afonso II de Portugal saem vitoriosos da Batalha de Navas de Tolosa.
- 1229 Jaime I de Aragão, reconquista Mallorca.
- 1230 Afonso IX de Leão avança sobre o Guadiana, tomando Mérida e Badajoz, abrindo o caminho para a conquista de Sevilha.
- 1252 Fernando III de Castela, Múrcia, Jaen e Sevilha. Resta Granada, a única província muçulmana.
- 1284 Assembleia de nobres, prelados e cidadãos depõem Afonso X e passam o poder para o seu filho, Sancho IV de Castela.



D.Fernando IV de Castela

Século XIV

- 1309 Fernando IV de Castela toma Gibraltar.
- 1312 Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal lutam pelo reino da Granada e, ao fim de 25 anos de tentativas, em 1340, vencem na Batalha do Salado.
- 1369 Pedro I de Castela, o Cruel, é assassinado em Monção pelo seu meio-irmão Henrique de Trastámara, que irá governar como Henrique II.



Batalha de Aljubarrota

- 1385 Portugal vence Castela na Batalha de Aljubarrota.

Século XV

- 1464 Henrique IV de Castela nomeia a sua irmã para o trono, a futura Isabel I de Castela, e deserdar a sua filha Joana, *La Beltraneja*.
- 1469 Isabel I de Castela casa com Fernando II de Aragão, unificando a Espanha.
- 1481 D. Afonso V morre e D. João II torna-se rei de Portugal. Introdução da imprensa em Portugal.
- 1488 Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas, rebaptizado pelo rei como Cabo da Boa Esperança
- 1492 Viagem de Cristóvão Colombo às Antilhas, descobrindo assim a América
- 1494 Assinatura do Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Castela em que se dividiu o mundo em duas zonas de influência, uma portuguesa, a outra castelhana.
- 1495 Morte de D. João II. D. Manuel é aclamado rei de Portugal. Epidemia de peste em Évora.
- 1498 Vasco da Gama chega à Índia. Morre D.Isabel.
- 1500 Descobrimiento oficial do Brasil por Pedro Álvares Cabral.



Friso cronológico do Real mosteir de Santa Maria de Maceira Dão



Compartimentos a ponte



Ala poente do claustro



Arcada poente do claustro



Fachada principal da igreja



Brasão real da entrada principal da igreja



Arco triunfal da igreja



Actual acesso ao mosteiro

São efectuadas obras no Mosteiro, sem no entanto alterar de forma profunda o seu aspecto geral. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Rendimentos anuais do Mosteiro rondavam os 80 mil réis. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Rendimentos anuais do Mosteiro rondavam os 300000 réis. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Cardeal Rei D. Henrique ordena que os bens do exºnto Convento de de freiras bernardas de S. João de Vale de Madeiros sejam anexados ao Mosteiro de Maceira Dão. (Silva, Valenim da - Concelho de Mangualde: Anºgo concelho de Azurara da Beira, 2008)

Mosteiro recebe a quantia de 29105 réis para auxilio nas elevadas despesas do mesmo. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

São atribuídos ao Mosteiro cerca de 288 mil réis e 10 monges. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Tem início a reedificação da Igreja, com o custo de 6000 cruzadas e 100 mil réis, a cabo dos mestres pedreiros João Ribeiro Alvres, João Marins, João da Costa Coelho e João Fernandes Ribeiro. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)
André da Costa lança fogo a uma das matas dos frades. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Antonio Lopes compra uma vinha no limite do lugar de Moimenta, mas recusa-se a pagar o laudemio. Abade Fr. Jerónimo de Azevedo e o Convento levam a causa até à Relação do Porto, vencendo-a. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

É entregue ao escultor José da Fonseca Ribeiro a obra do retábulo e da tribuna da capela-mor, pelo preço de 671 200 réis, a pagar em cinco prestações. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Abade Fr. Manuel Vaz e o seu Convento vendem por 24 mil réis, a Luís da Costa, várias casas em Fornos. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Disputa pelos direitos da pesca e do uso das águas do Rio Dão, que até ao momento eram deºdos pelos monges. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Publicação do Decreto que ditou a extinção dos Conventos e Ordens Religiosas. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Chegam à sub-prefeitura de Tondela, instruções para que se proceda ao inventário e tomada de posse dos bens do Mosteiro de Maceira Dão. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Na comarca de Mangualde, foi posto em praça pública, pela primeira vez, por 728.720\$00, sido rematado por António Jorge Ferreira, delegado de saúde de Pombal. (Alves Alexandre, O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão)

Depois de ter sido comunicado ao IPPAR, este conferiu-lhe o estatuto de Monumento Nacional. (www.cm.Mangualde .pt)

1503

1526

1553

1560

1568

1573

Século XVI

Século XVII

1744

1745

1769

1779

Século XVIII

1816

1821

Maio

1834

Junho

1834

Século XIX

Século XX

1965

1994

Friso cronológico de Portugal

Século XVI

- 1519 Inicia-se a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães ao serviço de Carlos V de Espanha.
- 1521 Morre D. Manuel I e D. João III torna-se rei de Portugal. Fernão de Magalhães morre em combate, em Cebu, nas Filipinas.
- 1531 Dá-se um terramoto em Lisboa.
- 1532 Colonização do Brasil.
- 1537 Tentou-se demarcar, de forma precisa, a fronteira luso-castelhana.
- 1562 Cardeal D. Henrique assume a regência após o abandono de D. Catarina.
- 1568 Aclamação de Dom Sebastião.
- 1578 Batalha de Alcácer Quibir onde Portugal sofre uma pesada derrota e D. Sebastião I de Portugal morre criando um problema da sucessão. Cardeal D. Henrique sucede a D. Sebastião, após a morte deste.
- 1580 Morte do Cardeal D. Henrique. Portugal perde a independência para a Espanha dos Habsburgos.
- 1598 Morte de Filipe I, e conseqüente subida ao trono de Filipe II de Portugal.



Século XVII

- 1621 Morte de Filipe II de Portugal, e conseqüente subida ao trono de Filipe III de Portugal.
- 1640 Coroação do Rei D. João IV de Portugal.
- 1656 Morre o Rei D. João IV, D. Luísa de Gusmão assume a regência do reino.
- 1662 D. Afonso VI atinge a maioridade torna-se rei de Portugal.
- 1668 Fim da Guerra da Restauração, com a assinatura de um tratado de paz em Lisboa entre Portugal e Espanha.
- 1683 Morte de D. Afonso VI, e conseqüente subida ao trono de D. Pedro II.



Século XVIII

- 1707 Aclamação do Rei D. João V de Portugal.
- 1750 Morte de D. João V e aclamação de D. José I. Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde conhecido como Marquês de Pombal, é nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.
- 1777 Morte de D. José I e aclamação de D. Maria I.
- 1797 Introdução do papel-moeda em Portugal.



Século XIX

- 1820 Revolução Liberal no Porto. Instauração do regime constitucional-liberal.
- 1834 Aclamação de D. Maria II de Portugal.

Século XX

- 1910 3 de Outubro - Revolução republicana em Lisboa. 5 de Outubro - Implantação da República Portuguesa, constituindo-se o Governo Provisório sob a presidência do Dr. Teófilo Braga. Fim da Monarquia Constitucional Portuguesa.
- 1911 21 de Agosto - Promulgação da Constituição da República, aprovada pela Assembleia Constituinte portuguesa. 24 de Agosto - Manuel de Arriaga torna-se no primeiro Presidente da República. Início da 1ª República.
- 1914 25 de Agosto - Primeira Guerra Mundial.
- 1926 28 de Maio - Um golpe de estado leva à queda da I República e abre caminho à implantação do Estado Novo (Regime Ditatorial - 2ª República).
- 1932 5 de Julho - Salazar torna-se Primeiro-Ministro.
- 1945 Segunda guerra mundial
- 1959 12 de Outubro - Guerra Colonial.
- 1974 25 de Abril - Revolução dos Cravos em Portugal depõe a ditadura. Início da 3ª República. A Junta de Salvação Nacional assume a chefia do estado.
- 1986 1 de Janeiro - Portugal e Espanha entram na união europeia



TERRAS DE AZURARA E DE TAVARES
IV

ALEXANDRE ALVES

O REAL MOSTEIRO
DE
SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO
(CONCELHO DE MANGUALDE)



Atlas
onstru

Sistemas de Construção

Sistem

VALENTIM DA SILVA
SOCIO DO INSTITUTO DE COIMBRA



CONCELHO DE
MANGUALDE

ANTIGO CONCELHO DE AZURARA DA BEIRA

SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA DE PORTUGAL

O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
DO
CONCELHO DE MANGUALDE



15. Vista da cobertura da (1964)

Bibliografia

Alves, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. 189 p.

Beinhauer, Peter – Atlas de detalhes constructivos. Leitura books & living. Editorial Gustavo Gil, SL. 349 p.

Choay, Françoise – Património: Que desafio Para a Sociedade? A Evolução Do Concelho Do Conceito De Património.

Choay, Françoise – A alegoria do património. Arte & comunicação. Lisboa, Edições 70, Setembro de 2000.

Dias, Geraldo; Teixeira, Victor; Rodrigues, José; Barros, Âmandio; Teixeira, Ricardo – Cister no Vale do Douro: Grupo de Estudos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

Fonte, Barroso - da Pousada de Santa Marinha da Costa. 1995.

Fontes, Luís - São Martinho de Tibães : um sítio onde se fez um mosteiro : ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura

Gomes, Luís Filipe Coutinho; Carvalho, Pedro Sobral – O Património Arqueológico Do Concelho De Mangualde. Câmara Municipal de Mangualde, 1992. 173 p.

Gomes, Saul António – Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal: Séculos XV e XVI. Lisboa: IPPAR, 1998. 483 p.

Hernández León, Juan - Santa Maria do Bouro : Eduardo Souto de Moura : construir uma pousada com as pedras de um mosteiro. 2001.

Lobo, Susana - Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX.

Mascarenhas, Jorge – Sistemas de construção-IV. Coberturas, planas, juntas, materiais básicos (2ª parte): materiais ferrosos e alumínio. Lisboa. Livros horizonte. 237 p.

Mascarenhas, Jorge – Sistemas de construção-IX. Contributos para o cumprimento do RCCTE, Detalhes constructivos sem pontes térmicas materiais básicos (6ª parte): o betão. Lisboa. Livros horizonte. 250 p.

Moura, Eduardo Souto – Santa Maria do Bouro: construir uma pousada coma as pedras de um mosteiro. Lisboa: White & Blue, 2001.

Pinho, Fernando F. S. – Paredes de edifícios antigos em Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civi. Edifícios.

Silva, Valentim da – Concelho de Mangualde: Antigo concelho de Azurara da Beira, 2008. 421 p.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e Sousa; Pina, Isabel Castro; Andrade, Maria Filomena; Santos Maria Leonor Ferraz De Oliveira Silva – Ordens Religiosas Em Portugal: Das Origens A Trento - Guia Histórico.

Teses de mestrado, doutoramento e provas finais consultadas

Basto, Filipa Nunes de Vasconcelos Pinto - Trabalhar o passado : intervir em edifícios históricos : o projecto de algumas pousadas como exemplo. Porto. Faup. 2003.

Bordalo, Marta - Reconversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro em pousada : da concepção à execução. Porto. FAUP. 2009.

Campinho, Regina da Luz Ferreira da Silva - Mosteiro de São Martinho de Tibães : a medida para a casa-mãe dos beneditinos portugueses. Porto. Faup. 2004

Neves, João Carlos Carvalho - Intervenções no património : reconversão de conventos em pousadas de Portugal : a abordagem ao projecto. Porto. Faup. 2007.

Oliveira, Carla Garrido – Intervenções em estruturas monásticas de conjunto edificado à construção do território. Porto. FAUP. 2009.

Salvador, Ana Isabel Pais – Estudo de reconverção do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Coimbra. FCTUC. 2009.

Links consultados

<http://www.arquitectos.pt/documentos/1219760322Z6fHJ4dy3Jr84ZA4.pdf>

<http://www.patrimoni.us.blogspot.com>

<http://www.pt.wikipedia.org>

<http://www.cmmangualde.pt>

<http://www.ippar.pt/monumentos/mon>

<http://www.portugalvirtual.pt/pousadas>

<http://www.pousadas.pt>

[http://www.infopedia.pt/\\$mangualde](http://www.infopedia.pt/$mangualde)

<http://www.prorestauro.com/index.php?option=content&task=view&id=31&Itemid=54#ano1>

<http://viasromanas.planetaclix.pt/>

<http://www.ippar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/cister/>

Proveniência das imagens

1 – <http://terrasdeportugal.wdfiles.com/local--files/ilustrar:mapas/mangualde.png>

2 – <http://www.ucm.es/info/cif/form/spain.png>

3 – http://4.bp.blogspot.com/_SVZKEVAw_-

o/RzdTEu0wkEI/AAAAAAAAAKs/3ui7tS4D8wY/s400/

castro%2520e%2520capela%2520bom%2520sucesso%5B1%5D.jpg

4 – Gomes, Luís Filipe Coutinho; Carvalho, Pedro Sobral – O Património Arqueológico Do Concelho De Mangualde. Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 18.

5 – Idem. Pag. 20.

6 – Ibidem. Pag. 21.

7 – http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/22/Hispania_3a_division_provincial.PNG

8 – Foto do autor.

9 – Idem.

10 – Gomes, Luís Filipe Coutinho; Carvalho, Pedro Sobral – O Património Arqueológico Do Concelho De Mangualde. Câmara Municipal de Mangualde, 1992. Pag. 41.

11 – Idem. Pag. 25.

12 – Ibidem. Pag. 39.

13 – Ibidem. Pag 47.

14 – Sousa, Bernardo Vasconcelos e Sousa; Pina, Isabel Castro; Andrade, Maria Filomena; Santos Maria Leonor Ferraz De Oliveira Silva – Ordens Religiosas Em Portugal: Das Origens A Trento - Guia Histórico.

15 – Foto do autor.

16 – Idem.

17 – Desenho do autor.

18 – Idem.

19 – Ibidem.

20 – Foto do autor.

21 – Idem.

22 – Ibidem.

23 – Ibidem.

24 – Ibidem.

25 – Ibidem.

26 – Ibidem.

27 – Ibidem.

28 – Ibidem.

29 – Fonte, Barroso - da Pousada de Santa Marinha da Costa. 1995.

30 – Moura, Eduardo Souto – Santa Maria do Bouro: construir uma pousada coma as pedras de um mosteiro. Lisboa: White & Blue, 2001. Pag. 42.

31 – Basto, Filipa Nunes de Vasconcelos Pinto - Trabalhar o passado : intervir em edifícios históricos : o projecto de algumas pousadas como exemplo. Porto. Faup. 2003.

32 – Idem.

33 – Foto do autor.

34 – Foto do autor.

35 – Foto do autor.

Nota: todas as imagens ou
desenhos não legendados
são do autor.

Agradecimentos

Professora Carla Garrido Oliveira, por toda a dedicação, empenho, conhecimento e entusiasmo constante, como professora e orientadora.

Arquitecta Sandra Pais da Câmara Municipal de Mangualde, pela simpatia, amabilidade e informações prontamente disponibilizadas.

Arquitecta Mariana, por deixar o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão “de portas abertas” sempre que assim o entendesse.

Marta por fazer parte de mim e estar sempre presente na minha vida.

Amigo Samuel pelo apoio nas horas mais difíceis.

Pai e Mãe pelos incentivos constantes ao longo da vida.

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão – Passado, Presente e Futuro

Ricardo Joel Santos Garrido

